

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

**A PESCA ARTESANAL NO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA:
PROBLEMÁTICA GERAL E ESTUDO SOBRE COMUNIDADES
PESQUEIRAS NAS COSTAS NORTE E LESTE DA ILHA DE SANTA
CATARINA**

Monografia submetida ao Departamento de Ciências Econômicas para obtenção de carga horária na disciplina de CNM 5420 – Monografia.

Por: Orivaldo Carli da Silva Júnior

Orientador: Prof. Hoyêdo Nunes Lins

Área de Pesquisa: Economia Regional e Urbana

Palavras-Chaves: 1.Pesca artesanal
2.Pesca Industrial
3.Turismo

Florianópolis, setembro de 2002.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

A Banca Examinadora resolveu atribuir a nota 85 ao aluno ORIVALDO C. DA SILVA JÚNIOR na disciplina CNM 5420 – Monografia, pela apresentação deste trabalho.


Banca Examinadora



Prof. HOYÊDO NUNES LINS
Presidente



Prof. MÁRCIA MACHADO
Membro



Prof. JOÃO SERAFIM TUSI DA SILVEIRA
Membro

AGRADECIMENTOS

Especialmente a Deus, fonte de f , que concedeu a oportunidade da vida.

Agradeço de modo especial, ao professor Hoyêdo Nunes Lins, que soube compreender e respeitar minhas dificuldades e limitações, por seu interesse e colaboração, acreditando neste trabalho e fornecendo sugestões e informações.

Aos meus queridos pais e irmãs, que me estimularam e apoiaram na minha formação acad mica.

Ao meu cunhado Celso, que contribuiu para a conclusão deste trabalho.

A minha namorada Janaina, incentivando e ajudando.

Aos meus amigos de curso.

Este trabalho é dedicado à minha família e minha namorada.

SUMÁRIO

LISTA DE TABELAS.....	IV
LISTA DE ANEXOS.....	V
RESUMO.....	VI
CAPÍTULO I.....	1
1 - INTRODUÇÃO	1
1.1 - <i>Problemática</i>	1
1.2 - OBJETIVO.....	4
1.2.1 - <i>Objetivo Geral</i>	4
1.2.2 - <i>Objetivos Específicos</i>	4
1.3 - METODOLOGIA	5
CAPÍTULO II: PESCA ARTESANAL: ASPECTOS DE CARACTERIZAÇÃO E SITUAÇÃO EM SANTA CATARINA E NO BRASIL.	6
2.1. CARACTERIZAÇÃO DA ATIVIDADE PESQUEIRA ARTESANAL.	7
2.1.1 - <i>FORMAS DE ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO NA PESCA ARTESANAL</i>	8
2.1.2. <i>AS RELAÇÕES NO PROCESSO DE TRABALHO</i>	10
2.2. PESCA NO BRASIL E EM SANTA CATARINA.....	13
2.2.1 - <i>RECURSOS PESQUEIROS NO BRASIL</i>	13
2.2.2. <i>PESCA CATARINENSE</i>	14
2.2.4. <i>EVOLUÇÃO DA PESCA ARTESANAL EM SANTA CATARINA</i>	23
2.2.5. <i>EVOLUÇÃO NA REGULAMENTAÇÃO DA PESCA NO BRASIL E EM SANTA CATARINA</i>	26
2.3. CONCLUSÃO.....	28
CAPÍTULO III : A PROBLEMÁTICA DA PESCA ARTESANAL: O CONTEXTO GERAL DA ABORDAGEM SOBRE COMUNIDADES PESQUEIRAS NA ILHA DE SANTA CATARINA.....	29
3.1. ACUMULAÇÃO DE CAPITAL NA PESCA.....	29
3.2 - INSTABILIDADE DA RENDA PARA OS PESCADORES ARTESANAIS	31
3.3. DEPENDÊNCIA DOS PESCADORES EM RELAÇÃO AOS COMERCIANTES.....	34
3.4. TRANSFORMAÇÕES RECENTES NAS COMUNIDADES PESQUEIRAS DEVIDO AO TURISMO E À ESPECULAÇÃO IMOBILIÁRIA.....	38
3.4.1 . <i>O TURISMO E A URBANIZAÇÃO DAS COMUNIDADES PESQUEIRAS</i>	38
3.4.2. <i>A ESPECULAÇÃO IMOBILIÁRIA E SUAS CONSEQUÊNCIAS NA PESCA ARTESANAL</i>	40
3.5. CONCLUSÃO.....	44

CAPÍTULO IV: INGLESES E BARRA DA LAGOA: COMUNIDADES PESQUEIRAS EM TRANSFORMAÇÃO.....	45
4.1. O PROBLEMA GERAL DE COMUNIDADES PESQUEIRAS COMO INGLESES E BARRA DA LAGOA: VISÃO DA FEDERAÇÃO DOS PESCADORES DO ESTADO DE SANTA CATARINA.....	45
4.2. CARACTERIZAÇÃO DOS ENTREVISTADOS E DAS SUAS ATIVIDADES.....	51
4.2.1. REMUNERAÇÃO.....	54
4.2.2. TIPOS DE EMBARÇÕES ARTESANAIS.....	55
4.3. SITUAÇÃO ATUAL DA ATIVIDADE PESQUEIRA E DAS LOCALIDADES, NA VISÃO DOS PESCADORES ENTREVISTADOS.....	55
4.3.1. PROBLEMAS DA ATIVIDADE PESQUEIRA – A INSTABILIDADE DO SETOR.....	56
4.3.2. VISÃO DOS PESCADORES SOBRE OS REFLEXOS DA ATIVIDADE TURÍSTICA PARA AS COMUNIDADES.....	59
4.3.3. RELAÇÃO DOS PESCADORES COM O ATRAVESSADOR E A PRECARIEDADE DA AÇÃO PÚBLICA.....	61
4.3.4. AS POSSIBILIDADES DA PESCA ARTESANAL NA OPINIÃO DOS PESCADORES.....	63
4.4. PESCA DA TAINHA NAS COMUNIDADES EM ESTUDO.....	64
4.5. CONCLUSÃO.....	66
CAPÍTULO V- CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	67
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	70
ANEXOS.....	73

LISTA DE TABELAS

IV

TABELA 01 – Principais espécies pescadas pelo setor industrial e a época de captura.....16

TABELA 02 – Principais espécies pescadas pelo setor artesanal e a época de captura.....17

TABELA 03 – Produção pesqueira desembarcada por mês pela frota industrial em Santa Catarina. Valores em kg. Ano 2000.....18

TABELA 04 – Produção pesqueira desembarcada em Santa Catarina entre 1990 e 2000.....18

TABELA 05 – Captura de algumas espécies de pescado em Ingleses, Município de Florianópolis. Ano 2000.....20

TABELA 06 – Captura de tainha na costa norte (Santinho), Município de Florianópolis. Ano 2000.....20

TABELA 07 – Captura de algumas espécies de pescado na Barra da Lagoa, Município de Florianópolis. Ano 2000.....21

TABELA 08 – Redes de emalhar utilizadas na Barra da Lagoa.....22

TABELA 09 – Perfil dos pescadores.....52

TABELA 10 – Relação de interesses, na opinião dos pescadores, nas atividades ligadas ao turismo.....60

LISTA DE ANEXOS

ANEXO 01: PESCADORES ENTREVISTADOS	74
ANEXO 02: QUESTIONÁRIO.....	75
ANEXO 03: FOTOS	77

RESUMO

A abordagem desta pesquisa discute, com base em estudo de caso em Ingleses e Barra da Lagoa, nas costas norte e leste do Município de Florianópolis (S.C), o processo de transformação e a situação socioeconômica da pesca artesanal, destacando-se suas características e o processo de trabalho. Em princípio observou que a pesca artesanal se desvinculou da complementariedade da agricultura, quando se destinava apenas à subsistência. Esse assunto é parte do tema dessa pesquisa, e isso tornou necessário mostrar a evolução da atividade pesqueira. O pescador exerce a atividade pesqueira com base no conhecimento adquirido com o tempo e/ou aprendido de geração em geração. Essa experiência o leva a compreender tudo que influenciam e integram a pesca, tais como: os ventos, as correntes marinhas, entre outros. Apesar de todo o seu conhecimento, o pescador necessita renovar seus equipamentos de pesca e comprar insumos básicos, para atender o mercado consumidor; despesas que muitas vezes não se enquadram no seu poder aquisitivo. Essas despesas, às vezes, são financiadas pelo atravessador, gerando dependência, monopolizando a comercialização, já que o intermediário é a única forma do produto chegar ao mercado. Dentro deste contexto, procurou-se observar, nas localidades de Ingleses e Barra da Lagoa, a estrutura socioeconômica da pesca artesanal, sobrevivendo ainda ao processo de transformação nestas comunidades por influência da urbanização e, do turismo e, conseqüentemente, da especulação imobiliária. Observaram-se as conseqüências e influências desse processo e a problemática atual com que se depara o pescador. Verificou-se na pesquisa de campo a falta de infra-estrutura adequada, que subtrai ao pescador melhores condições para a negociação do seu produto. De fato, o setor pesqueiro artesanal carece de uma política governamental que melhore as condições de produção e de vida dos agentes envolvidos. Pode-se constatar, também, a exploração da força de trabalho e a diminuição dos estoques pesqueiros, facilitada por técnicas predatórias, e o descumprimento da legislação vigente, além da insatisfação por parte dos pescadores quanto à fiscalização e atuação de órgãos ligados a pesca.

CAPÍTULO I

1 - INTRODUÇÃO

1.1 - Problemática

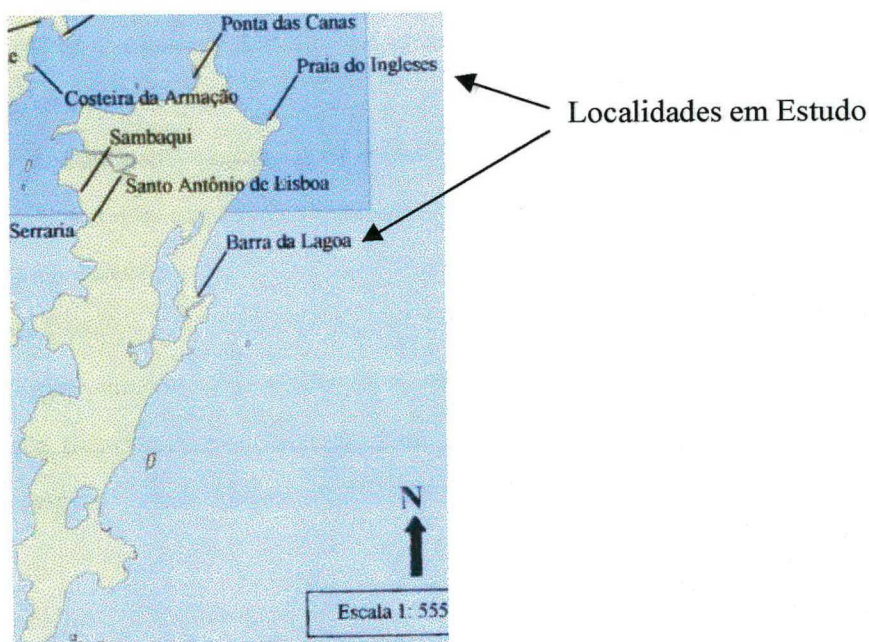
Até praticamente a década de 1940, a pesca artesanal no Município de Florianópolis (S.C.), assumia o papel complementar à renda familiar do pescador. Não era uma atividade exclusiva, nem tampouco a principal, pois esta função era desempenhada pela agricultura de subsistência, sendo a pesca praticada esporadicamente pelos pescadores/lavradores. Historicamente, as comunidades pesqueiras do Norte e Leste da Ilha de Florianópolis, respectivamente Ingleses e Barra da Lagoa, de acordo com Lago (1968,p.57) “são comunidades com poucas mudanças nas condições de trabalho, ausência de estabelecimentos de transformação do produto e baixo nível de renda aos pescadores não detentores de grandes redes e embarcações”.

Porém a partir da década de 70, com o processo de urbanização das praias, passou a ocorrer à expulsão desses trabalhadores das áreas de plantio (devido às grandes dificuldades financeiras, as famílias venderam suas terras para pequenos e grandes empresários) e, em consequência, a desestruturação daquele sistema tradicional de produção, responsável até então pela modesta e segura sobrevivência das chamadas comunidades pesqueiras. Estas eram praticamente auto-suficientes, na medida em que extraíam da terra sua alimentação básica e a matéria-prima para construir as embarcações e os aparelhos de pesca. Hoje, as comunidades pesqueiras não só perderam as áreas de plantio, como passaram também a depender totalmente do mercado urbano, tendo que retirar quase que a totalidade dos bens de consumo exclusivamente do ganho com a atividade pesqueira.

Em observação a essas transformações nas comunidades pesqueiras do município, foi relevante detalhar este processo através de pesquisa de campo. Concebeu-se um estudo voltado especificamente para o norte e leste da Ilha de Santa Catarina. Foram consideradas a

praia dos Ingleses, por ser um dos principais núcleos pesqueiros situado na costa Norte da Ilha de Santa Catarina, e situada na costa Leste, a Barra da Lagoa, por ser um dos maiores núcleos pesqueiros. Neste existem vários atracadouros distribuídos ao longo do canal que liga a Lagoa da Conceição, enquanto que no extremo Sul da praia dos Ingleses, em mar aberto, situa-se um fundeadouro de embarcações pesqueiras em frente a pequenos galpões de pesca.

Figura 01: Localização das áreas de estudo, na Ilha de Santa Catarina.



Essas duas localidades encontram-se bastante urbanizadas atualmente. Em Ingleses a estrutura urbana está inteiramente voltada para a atividade turística, com os espaços próximos à praia dominados por casas de veraneio, condomínios fechados, pousadas, hotéis, casas comerciais e restaurantes. A localidade da Barra da Lagoa também apresenta-se influenciada pelo turismo, porém ainda predominam residências de moradores permanentes e comércio voltado para a população local.

Com o desenvolvimento de outros setores econômicos (entre os quais o setor de serviços), promovido pelas transformações na infra-estrutura e pelo crescimento da atividade turística na região Norte (Ingleses) e Leste (Barra da Lagoa) da parte insular do município de

Florianópolis, novas e variadas oportunidades de trabalho vêm diversificando a oferta de emprego para os moradores destas localidades.

Embora seja forte, geralmente, a sazonalidade desses empregos, ocorre a transferência de mão de obra da atividade pesqueira artesanal para outras atividades econômicas, via de regra ligadas ao turismo.

Assim, em que pese ser a pesca artesanal uma atividade praticada durante o ano inteiro nas comunidades, atualmente os pescadores estão perdendo a identidade, sendo descaracterizadas, onde a atividade turística surge da necessidade de sobrevivência. Eles encontram nessas novas atividades uma melhor fonte de renda, não dependendo das condições climáticas para ter uma boa produção, e com isso garantem uma maior renda familiar.

Dentro deste contexto, as questões abordadas nessa pesquisa enfeixam-se em torno da problemática mais ampla relativa à transformação de estruturas socioeconômicas locais em associação com o fenômeno turístico. No caso específico deste estudo, procura-se focalizar, com base em investigação realizada em comunidades pesqueiras situadas nas costas norte e leste da Ilha de Santa Catarina, as dificuldades que os pescadores artesanais encontram para se manter e desenvolver na atividade pesqueira e para enfrentar o mercado de trabalho com novas alternativas de emprego, o que envolve, por exemplo, identificar o modo como tem evoluído a sua produção ao longo do tempo, diante da concorrência da pesca industrial. O quadro conceitual de referência tem a ver com as transformações da economia de base artesanal, com as mudanças nas formas de organização de produção e com questões associadas à acumulação de capital e distribuição de renda no modo de produção capitalista.

Portanto, este trabalho foi concebido a partir de inquietações sobre:

os problemas relacionados com a pesca artesanal na região Norte e Leste do município de Florianópolis;

as perspectivas do setor pesqueiro artesanal, como fonte de renda, e como meio de subsistência para população de pescadores;

as alternativas para a população dessas áreas, que vive da pequena pesca.

1.2 - OBJETIVO

1.2.1 - Objetivo Geral

- Discutir os problemas da pesca artesanal, com base em estudos de caso realizados em comunidades pesqueiras das praias de Ingleses e Barra da Lagoa, respectivamente situadas nas costas Norte e Leste da Ilha de Santa Catarina.

1.2.2 - Objetivos Específicos

- Descrever as características, as formas de organização e a capacidade produtiva da pesca artesanal.
- Identificar os aspectos que influenciaram a evolução da pesca artesanal.
- Situar teoricamente o problema referente à situação de como as atividades primárias tradicionais são afetadas pelo avanço das relações capitalistas de produção.
- Apontar algumas das principais transformações promovidas pela atividade turística e pelo desenvolvimento da infra-estrutura junto às atividades pesqueiras.
- Analisar as condições dos pescadores artesanais em Ingleses e Barra da Lagoa, respectivamente nas costas Norte e Leste da ilha de Santa Catarina.

1.3 - Metodologia

Busca-se fazer um estudo da atividade pesqueira, enfocando o processo de transformação e de desenvolvimento da pesca, onde o homem artesão deixa de ser um trabalhador autônomo fixado no trabalho individual e torna-se um trabalhador direto destituído dos meios de produção, tendo que vender sua força de trabalho para garantir sua subsistência.

Os caminhos percorridos para o conhecimento procurado neste trabalho, e os instrumentos de análise utilizados, levam a falar de uma pesquisa qualitativa, exploratória e teórica, implicando levantamento de dados secundários, pesquisa bibliográfica e, principalmente, pesquisa de campo na forma de entrevistas.

Buscaram-se informações junto a órgãos relacionados à pesca, como Colônia de Pescadores (Z11), IBAMA e EPAGRI. Com base em um questionário previamente elaborado, foram entrevistados um total de 37 pescadores artesanais, sendo 16 de Ingleses e 21 da Barra da Lagoa.

Com a tabulação e análise dos dados levantados, e com apoio na pesquisa bibliográfica, procurou-se entender a situação da pesca artesanal nas comunidades indicadas.

CAPÍTULO II: PESCA ARTESANAL: ASPECTOS DE CARACTERIZAÇÃO E SITUAÇÃO EM SANTA CATARINA E NO BRASIL.

O litoral catarinense, em virtude da diversificação de ambientes e de apresentar inúmeras áreas de criadouros naturais, é responsável pela presença de uma grande abundância de recursos pesqueiros, representados por peixes, crustáceos e moluscos.

Estas características fizeram com que, ao longo das últimas décadas, a pesca artesanal representasse para o Estado um dos mais importantes segmentos da economia e de ocupação da região litorânea. O desenvolvimento da pesca artesanal é responsável pelo destaque que Santa Catarina possui no setor pesqueiro nacional, quanto à capacitação do pescador catarinense, sendo este o mais procurado do país.

Em razão disso, o presente capítulo pretende resgatar algumas considerações teóricas voltado à pesca artesanal, abordando aspectos de caracterização e considerações sobre a pesca no Brasil e em Santa Catarina.

Na primeira parte descrevem-se sobre as características e a organização da pesca artesanal, de modo geral, relatando as formas de organização da produção e as relações no processo de trabalho.

Em seguida aborda-se a pesca no Brasil e em Santa Catarina, localizando os recursos pesqueiros e sobre a pesca Catarinense, e abordando a evolução da pesca artesanal focando a atualidade descreve-se a pesca industrial e artesanal.

Por fim, aborda-se sobre a evolução na regulamentação da pesca no Brasil e em Santa Catarina e sobre a administração pesqueira de modo geral.

2.1. CARACTERIZAÇÃO DA ATIVIDADE PESQUEIRA ARTESANAL.

A pesca artesanal, enquanto uma forma específica de organização da produção, tem como características fundamentais:

- ausência de assalariamento de mão-de-obra;
- rusticidade dos instrumentos de trabalho;
- completo domínio do processo de trabalho pelos pescadores, que possuem um aprimorado conhecimento das condições naturais da pesca;
- manutenção da propriedade dos meios de produção pelos pescadores;
- reduzida divisão técnica do trabalho;
- remuneração do trabalho e do capital produtivo de acordo com a produção.

A pesca artesanal é exercida no Estado com a utilização de pequenas embarcações de madeira com capacidade que varia de 1 a 10 toneladas, do tipo baleeira, bateiras, botes e canoas, com propulsão a remo ou a motor. Normalmente, a pesca artesanal abastece o mercado urbano interno de algumas espécies, utilizando transporte, seja em veículos blindados, nos quais o produto é acondicionado em caixas ou a granel, resfriado com gelo em escamas ou pedras, seja em caminhões abertos, em caixas com gelo, geralmente de propriedade dos intermediários e indústrias.

Os produtos resultantes da pesca artesanal são comercializados, na maioria, “in natura” e são levados até o mercado consumidor através das redes de distribuição de intermediários constituídas de entreposto, peixarias e feiras livres.

O sistema cooperativista, quando existe, é geralmente frágil na pesca artesanal catarinense. Ocorre em virtude da inexistência, ou das dificuldades relacionadas, de infra-estrutura de comercialização do pescado e de suprimento de insumos básicos. Isto, combinado à falta de capital de giro, deixa a grande maioria dos pescadores artesanais à mercê dos intermediários.

Em muitas comunidades, o produtor recebe uma importância insignificante em dinheiro pela produção, da qual grande parte destina-se à manutenção e conservação dos instrumentos de pesca, assim como a alimentos e remédios para a sua família.

O intermediário, de posse desta produção, conduz o pescado até as redes de distribuição, integradas pelos entrepostos e peixarias. O produto chega ao consumidor também através de vendedores ambulantes, que compram o peixe diretamente nas praias, entrepostos e peixarias e revendem nas áreas mais afastadas do perímetro urbano.

Nota-se que, além do pescado artesanal, o sistema de comercialização baseado na ação dos intermediários lesa também o consumidor, pois este é geralmente obrigado a pagar preços majorados em excesso.

2.1.1 - FORMAS DE ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO NA PESCA ARTESANAL

As formas de organização social da produção na pesca são definidas a partir das relações de produção existentes em cada um dos tipos de prática pesqueira, conforme destacado por Diegues (1983). Este autor identifica três modalidades dessa prática.

A) Produção pesqueira de auto-subsistência ou primitiva:

A pesca é somente uma das atividades do grupo, aliada à caça e à pequena lavoura também de subsistência; trata-se de economia onde só existe a produção de valores de uso.

B) Produção pesqueira realizada dentro dos moldes da pequena produção mercantil:

O processo de trabalho se organiza dentro da unidade familiar e a captura do pescado se realiza com instrumentos de produção que são de propriedade familiar ou individual. A forma de organização é a produção do valor de troca, e o produto final, o pescado, é obtido tendo-se em vista a sua venda. Os produtores são independentes e proprietários dos meios de produção.

No interior da pequena produção mercantil existem duas subformas:

- pequena produção familiar dos pescadores - lavradores:

a atividade pesqueira se inscreve dentro das atividades predominantemente agrícolas que constituem a base de subsistência, ou seja, a pesca é uma atividade ocasional do pequeno agricultor, portanto restrita nos períodos de safra.

- Pequena produção mercantil dos pescadores artesanais:

a pesca deixa de ser uma atividade complementar para tornar-se a principal fonte de produção destinada à venda. A atividade pesqueira transforma-se na principal fonte de renda, situação em que o dono da embarcação motorizada passa a exigir mais pescado, alegando custos maiores na manutenção da embarcação, e em que os grupos de pesca vão reduzindo seu contingente de mão-de-obra para dar lugar às tripulações menores e mais especializadas, que operam com embarcações motorizadas. O pescador artesanal passa a apresentar as suas condições de existência completamente vinculadas à pesca voltada para o comércio.

C) Pesca realizada dentro da forma de organização social capitalista, na qual podem ser identificados dois subtipos:

- produção dos armadores, que são proprietários de mais de uma embarcação, porém não participam das atividades de captura. Estas são designadas aos tripulantes distribuídos entre as diversas tarefas da pesca. As distintas funções, em relação às formas de produção, são ligadas às figuras do (mestre) direção, do cozinheiro, do motorista e dos homens do convés responsáveis pelo manejo das redes e dos equipamentos de pesca.
- Produção empresarial capitalista, na qual a captura sob o poder de decisão do mestre, no que diz respeito a quanto pescar e onde descarregar, passa a ter uma importância limitada; os instrumentos de produção estão nas mãos de uma empresa. O regime de salário é mensal ou semanal e os pescadores recebem uma porcentagem sobre o valor da produção, sendo beneficiados pela introdução de máquinas para lançar e recolher a rede. A atividade pesqueira é voltada totalmente para a produção de mercadorias, ou seja, pode-se dizer que a produção passa pela extração de mais-valia dos trabalhadores do mar.

2.1.2. AS RELAÇÕES NO PROCESSO DE TRABALHO

As diferentes modalidades da pesca artesanal catarinense agrupam os pescadores em tripulações que variam, normalmente, de 2 a 7 elementos. Esse número guarda sintonia com as características específicas do processo de trabalho, com a tecnologia empregada e, finalmente, com o potencial produtivo dos instrumentos.

Na pesca de peixe, a grande maioria das comunidades utiliza as “redes de emalhar”, que trata-se das redes que ficam à deriva da superfície ou quando a rede fixa no fundo. Há a “feiticeira”, no caso da pesca de fundeio, uma “rede de 450 a 500 m de comprimentos, que é instalada em locais de profundidades variadas, é vistoriada diariamente e recolhida quando necessita de reparos” (Wahrlich, 1999, p.78). E há a rede de pano liso (1 panagem), mais utilizada na pesca de caceio, uma “rede de 600 a 700 m de comprimentos, que é deixada à deriva junto à embarcação, em locais de até 30 metros de profundidade; operação diurna” (Wahrlich, 1999, p.80)".

O processo de produção na pesca de fundeio compreende um período de 24 horas para a efetivação da pescaria. As redes são colocadas na água com o auxílio de “poitas” (espécies de âncoras), para que permaneçam fixas no local durante toda a noite, e são recolhidas na manhã seguinte. Nessa modalidade, a tripulação se compõe de 3 a 5 pescadores e, no momento da “despescagem” (processo pelo qual os pescadores recolhem a rede em alto mar para capturar os peixes), cada um desses desempenha tarefas bem definidas: puxar a rede, manter o alinhamento da embarcação, despescar, arrumar as redes, puxar cabos, etc.

Quando se apresentam condições climáticas favoráveis, os pescadores buscam as redes no período da manhã, recolocando-as novamente na água à tarde, e assim sucessivamente até que o tempo impossibilite a pescaria, quando então permanecem o dia inteiro nos ranchos da praia, consertando as redes estragadas.

Já na pesca de caceio, os pescadores permanecem um longo período em alto-mar, desde a madrugada até o final da tarde, acompanhando a evolução das redes. Nesta pesca, as redes não são fixas, deslocando-se em função do movimento das marés. Periodicamente as

redes são recolhidas para a despescagem, sendo imediatamente recolocadas para pescarem outra vez, numa sequência ininterruptamente até o fim da pescaria.

Na pesca do camarão o processo de trabalho se diferencia bastante daquele observado na pesca do peixe. Normalmente apenas 1 ou 2 pescadores são ocupados, e as diferentes “artes” de pesca utilizadas para a captura apresentam uma característica comum: um menor esforço comparativamente ao que ocorre na pesca do peixe. Na pesca do camarão, apenas com relação à tarrafa pode-se afirmar que se trata de instrumento que exige um elevado desprendimento físico; nas demais, como na que usa a rede de arrasto, exige-se a força do pescador somente nos momentos de colocar e retirar a rede.

Além disso, enquanto na pesca do peixe os pescadores realizam sistematicamente o conserto das redes rasgadas pelos siris e peixes maiores, os pescadores de camarão, de sua parte, somente fazem consertos esporadicamente, pois as redes de camarão praticamente não estragam.

A pesca artesanal tem como agentes básicos no seu processo duas categorias sociais distintas: uma se refere aos que detêm a posse de meios de produção (proprietários), a outra se refere aos que participam com a força de trabalho (camaradas). Quando o proprietário não participa diretamente do processo de trabalho, ele contrata os pescadores mais experientes, que tem um maior domínio de conhecimentos sobre a atividade, para atuarem como uma espécie de “encarregado da produção”. Esses elementos mais especializados são denominados, pelos camaradas, de “patrões de pesca” ou simplesmente de “mestres”.

A principal característica do “patrão” está na confiança que este deve necessariamente desfrutar por parte do proprietário da embarcação. Ao “patrão” cabe a responsabilidade pela condução de todo processo produtivo. Portanto, para desempenhar esta função, é preciso que o pescador possua liderança e segurança, e tenha cuidado no manejo dos instrumentos de trabalho, além de conhecimento dos melhores pontos de pesca, bom comportamento junto ao proprietário, e legitimidade junto aos pescadores. Com efeito, para bem “gerenciar” o capital do proprietário, é preciso experiência e domínio sobre o processo de trabalho, liderança e

autoridade com relação à tripulação, reconhecimento de sua experiência pelos membros da tripulação, responsabilidade e interesse em manter ou aumentar um certo nível de produção da embarcação.

Nesse sentido, a relação que se estabelece no interior de uma tripulação entre o patrão e os camaradas é associada, através da figura do proprietário e sua participação no processo de trabalho, justamente à autoridade da qual ele (mestre) desfruta. O patrão, durante a pescaria, permanece o tempo inteiro no leme da embarcação dirigindo o processo, e o trabalho dos pescadores camaradas envolve colocar e recolher as redes. O conhecimento sobre a pesca que o patrão possui, acumulado através de sua própria experiência de trabalho na atividade, tem como principal fonte o saber transmitido pelos mais velhos, geralmente pelo pai, que normalmente também era pescador.

“A íntima relação que os pescadores mantêm com a natureza, o aprendizado transmitido de geração a geração, são os caminhos que conduzem o pescador aos conhecimentos generalizados referidos. Convém ressaltar, que este conhecimento se torna mais sólido se concatenado às qualidades individuais do pescador, como: a curiosidade, a perspicácia, a dedicação à tarefa de pescar e a inclinação a esta atividade. É certo que, todo esse conhecimento gira em torno de um objetivo: o de tornar a atividade pesqueira, na medida do possível, uma atividade compensadora para o pescador, bem como para quem dela depender” (Nacif, 1994, p.36).

Conforme já assinalado anteriormente, o processo de trabalho na pesca artesanal vem sofrendo, ao longo de sua evolução histórica, algumas adaptações ao crescente uso da tecnologia. Esse uso é considerável: há “um avanço tecnológico importante, como a introdução da embarcação motorizada, das redes de nylon, de novos processos de conservação e transporte do pescado, etc” (Diegues, 1983, p.154).

Essa modernização permite que o desgaste da força física do pescador, atualmente, seja menor, terminando por determinar níveis de produtividade bem superiores aos de que antigamente. Porém, as inovações tecnológicas também repercutiram no mercado de trabalho, ocupando um menor número de pescadores para a realização da pescaria.

Por outro lado, os camaradas das diversas tripulações da pesca artesanal catarinense não têm quaisquer vínculos empregatícios com os proprietários das embarcações. Assim,

nenhum direito trabalhista é garantido a esses pescadores, que embarcam e desembarcam das tripulações em função unicamente de suas próprias vontades e dos interesses dos patrões de pesca.

O engajamento de um camarada na tripulação acontece informalmente, através de um contrato verbal realizado entre ele e o patrão de pesca. Desta forma, pequenos motivos são suficientes para o rompimento desse “contrato”, uma vez que existe, na maioria das comunidades, um contingente de homens em plenas condições de imediatamente ingressar na pesca. E apesar da maioria das tripulações possuir relações de parentesco ou amizade, continuamente acontecem conflitos entre os camaradas e o patrão, desde erros nas contas e descontentamento com o intermediário, até incompatibilidade pessoal, causando a saída do “proeiro” (forma com que os camaradas são caracterizados em algumas comunidades) da embarcação. Por isso, em função dessa instabilidade do emprego, ocorre uma rotatividade entre os camaradas para as diferentes tripulações.

2.2. PESCA NO BRASIL E EM SANTA CATARINA

2.2.1 - RECURSOS PESQUEIROS NO BRASIL

Conforme fontes do IBAMA¹, a existência de um enorme número de espécies em que poucas são capazes de formar estoques passíveis de serem exploradas economicamente já é um indicador da limitada potencialidade pesqueira do litoral brasileiro.

Estudos recentes demonstram que não há perspectivas de aumentos expressivos na produção do país, cuja média anual, nos últimos cinco anos, ficou em torno de 700 mil toneladas.

A maioria dos recursos pesqueiros está próxima ao litoral e é dependente, na sua maior parte, das áreas costeiras para completar o seu ciclo de vida. Entretanto, essas zonas estão sendo degradadas com a destruição dos estuários, florestas e mangues, áreas de reprodução ou

1. Ações prioritárias ao desenvolvimento da pesca e aquicultura no sul do Brasil. Itajaí, nov/2001. Ministério da agricultura, Univali.

crescimento, aterros hidráulicos, que crescem assustadoramente, podendo ser acrescentados a esta lista os vazamentos de óleo que estão aumentando rapidamente. Observa-se, ainda, um crescente aumento da pesca indiscriminada e clandestina atuando junto a estoques esgotados, principalmente dentro dessas áreas críticas, a maioria das quais com índice crescente de poluição e, em decorrência, com a tendência à redução das disponibilidades das populações das espécies, pois muitas delas já se acham em declínio.

2.2.2. PESCA CATARINENSE

O mar de Santa Catarina é um rico e extraordinário viveiro, tão variada é sua fauna. É considerável o número de espécies e de variedades de peixes, moluscos e crustáceos que circulam em suas águas, quase todas comestíveis, todas com variadas aplicações se seus produtos forem aproveitados.

a) Pesca Artesanal

A pesca artesanal é realizada em toda a extensão da costa litorânea, que é de 531 km, e nos mais diferentes ambientes aquáticos: mar aberto, baías, lagoas e estuários. Estes ambientes, por possuírem características próprias que os distinguem entre si, determinam a forma dos seus recursos pesqueiros e, em função disso, as condições sociais e econômicas das populações que os exploram.

Ao longo do litoral catarinense estão distribuídos 27 municípios que abrigam uma população de mais de 150.000 pessoas dependentes direta ou indiretamente da pesca. A frota pesqueira artesanal é constituída por pequenas embarcações, dos quais 3.270 são motorizadas.

Os aparelhos de pesca mais empregados são redes fixas, flutuantes, de arrasto e de arremesso, espinhéis e armadilhas. As principais espécies capturadas são: corvina, cação, tainha, anchova, pescadinha, bagre, espada, lula, camarão e outras espécies de menor importância econômica.

A situação dos pescadores artesanais de Santa Catarina é, de uma forma geral, de empobrecimento gradativo. Além da pesca predatória indiscriminada praticada tanto pela pesca artesanal quanto pela pesca industrial, e do excessivo esforço de pesca acima dos limites ótimos de exploração dos estoques de pescado disponíveis, a poluição desenfreada e constante assoreamento de canais, rios, realização de aterros, destruição de manguezais e a ineficiência da fiscalização da pesca, são os principais responsáveis pelo empobrecimento dos recursos pesqueiros.

b) Pesca Industrial

Em Santa Catarina a pesca industrial é exercida em barcos de grande porte, equipados com aparelhos e instrumentos que permitem uma maior autonomia no mar.

Com a criação do Decreto Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967, que instituiu os incentivos fiscais, deu-se início a um processo acelerado do desenvolvimento da pesca industrial no país. Muitas embarcações já se encontravam aparelhadas com equipamentos sofisticados para a localização e captura de pescado, tais como ecosonda, sonar, redes de fio sintético, etc.

As principais espécies capturadas são as seguintes: sardinha, corvina, castanha, pescadinha, cação, tainha, enchova, cavalinha, atum e camarão.

De acordo informações obtidas no Ibama, as pesquisas de pesca realizadas sobre as capturas efetuadas pela frota de pesca industrial demonstraram que o esforço de pesca aplicado pela mesma estava sendo maior do que o tempo necessário para a recuperação dos estoques de importantes espécies. Nesse sentido surgiram recomendações técnicas para que se respeitasse o período de desova e tamanho mínimo determinado.

Atualmente, a frota de pesca industrial encontra-se com uma produtividade decrescente no limite econômico sustentável, e a maioria do setor pesqueiro reage negativamente contra qualquer medida que tenha como finalidade à proteção ou possibilidade de recuperação dos estoques.

2.2.3. COMPORTAMENTO DOS NÍVEIS DE CAPTURA

A produção pesqueira de Santa Catarina tem se mantido historicamente próximo ao patamar das 50 a 100 mil toneladas anuais. As oscilações mais discrepantes são provocadas pelo desembarque da sardinha, produto cuja performance reflete sensivelmente no volume total.

A atividade de pesca em Santa Catarina, seja industrial ou artesanal, é praticada durante todo o ano. Com as mais diferentes formas de exploração (modalidades de pesca), o setor industrial captura cerca de 120 espécies diferentes de pescado, e o setor artesanal aproximadamente 90 espécies.

As tabelas a seguir, especificam pelo setor industrial e artesanal, respectivamente, e época de captura e as espécies que quantitativamente mais se destacaram constam nas tabelas 01 e 02.

Tabela 01 – Principais espécies pescadas pelo setor industrial e a época de captura.

Espécie	Época de captura
Sardinha verdadeira	Março a maio, setembro e dezembro
Tainha	Maio a junho
Anchoa	Outubro
Bonito listrado	Todo o ano - piques entre outubro e março
Corvina	Todo o ano
Castanha	Todo o ano - piques entre maio e novembro
Palombeta	Todo ano
Pescada olhuda	Todo o ano - piques entre julho e outubro
Pescada real	
Sardinha lage	Abril a agosto
Chicarro	Todo o ano - piques entre agosto e outubro
Albacora lage	Todo ano

Fonte: EPAGRI

Tabela 02 – Principais espécies pescadas pelo setor artesanal e a época de captura

Espécie	Época de captura
Corvina	Todo o ano próximo à costa, de maio a outubro em profundidade de até 70m
Espada	Todo ano
Camarão sete barbas	Fevereiro a junho
Tainha	Maio a junho
Anchova	Outubro
Cações	Todo o ano - piques entre novembro e março
Abrótea	De maio a outubro em profundidade de até 70 m
Papa-terra	Todo ano
Manjuba	Meses de inverno
Berbigão	Todo ano

Fonte : EPAGRI

Conforme boletim técnico nº97 da EPAGRI, a pesquisa pesqueira em Santa Catarina, como em todo o Brasil, é altamente deficiente e não atende sequer as necessidades mais elementares do setor. Para toda a região Sudeste e Sul, o IBAMA, através do Centro de Pesquisas e Extensão Pesqueira – CEPSUL, realiza alguns trabalhos voltados principalmente para o acompanhamento biológico de algumas espécies e a tecnologia de captura dirigida ao setor industrial. Na área artesanal, apesar da grande necessidade de se buscar novas alternativas de captura, mais eficientes e menos danosas ao meio ambiente, nada se realiza em Santa Catarina.

De acordo com o agente administrativo do IBAMA, os dados mais atuais em seus arquivos, se refere ao ano 2000, [demonstrando a defasagem, desatualização de dados, alegando falta de investimentos], sobre a produção pesqueira desembarcada pela frota industrial no Estado; conforme a tabela 3.

De acordo com a referida tabela a seguir, a produção da pesca industrial foi de 54.125 toneladas de peixes, que representou 76,18% do pescado desembarcado no Estado de Santa Catarina. O mês com maior volume de desembarque foi maio com 6.956t.

Tabela 03 – Produção pesqueira desembarcada por mês pela frota industrial em Santa Catarina no ano de 2000. Valores em Kg.

CATEGORIA	PEIXES	PEIXES	
MESES	CARTILAGINOSOS	ÓSSEOS	TOTAL
Janeiro	103.241	3.571.308	3.674.549
Fevereiro	216.965	4.043.283	4.260.248
Março	250.782	5.076.714	5.327.496
Abril	213.058	6.202.046	6.415.104
Maiο	215.421	6.740.983	6.956.404
Junho	113.856	5.587.645	5.701.501
Julho	113.586	5.720.532	5.834.118
Agosto	266.133	4.933.188	5.199.321
Setembro	68.931	2.783.220	2.852.151
Outubro	108.056	2.557.607	2.665.663
Novembro	188.334	1.924.190	2.112.524
Dezembro	291.621	2.834.334	3.125.955

Fonte: CEPSUL/IBAMA(2000)

Na tabela nº 4, pode-se constatar que a pesca industrial participa com 90% no total desembarcado em Santa Catarina, devido a maior capacidade produtiva e grande importância econômica; sendo que apenas 10% de responsabilidade da pesca artesanal. Na produção artesanal, houve uma queda, com recuperação no ano de 94, 97 e 98.

Tabela 04 - Produção pesqueira desembarcada em Santa Catarina entre 1990 e 2000.

Valores em Kg.

Ano	Industrial	Artesanal	Total
1990	64.500.937	9.240.542	73.741.479
1991	80.867.401	6.015.215	86.882.616
1992	77.413.677	6.627.380	84.040.486
1993	97.694.440	5.907.667	103.602.107
1994	115.313.722	8.298.148	123.611.870
1995	75.182.059	6.049.081	81.231.140
1996	95.589.687	7.958.804	103.548.491
1997	118.278.634	9.045.396	127.324.030
1998	123.674.707	9.445.036	133.119.743
1999	58.737.784	-	-
2000	12.304.051	-	-

Fonte: CEPSUL/IBAMA (1994), CEPME/IBAMA (1997)

Segundo o boletim técnico nº97 da EPAGRI (1998, p.20), *“à concentração do parque industrial de Santa Catarina nas cidades de Itajaí e Navegantes, é de cerca de 97% da produção do Estado. Com a conscientização dos armadores e empresários da importância em se dispor de dados estatísticos para a administração das atividades empresariais (pescarias), o setor passa a colaborar no preenchimento dos mapas de desembarque de pescado. Essa atitude permitiu alcançar-se em Santa Catarina uma estatística pesqueira mais confiável”*.

Conforme o Agente administrativo do IBAMA/S.C., o controle de produção da pesca artesanal, por sua vez, possui algumas deficiências, pois atualmente o Instituto Nacional do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA conta com apenas doze coletores, localizados em nove municípios para a coleta destas informações. Os desembarcados dessa frota são fragmentados em cerca de 150 comunidades de 27 municípios litorâneos. Assim, pode-se entender a grande dificuldade na obtenção dos dados desta atividade pesqueira. De acordo com IBAMA, através de um informativo² (1999, p.11),

“o controle de produção da pesca artesanal foi extremamente deficiente em 1999, como não houve renovação do Convênio entre IBAMA e a Federação dos Pescadores de Santa Catarina – FEPESC que propiciava a coleta de dados na maioria das cidades do Estado, o controle de desembarque ficou totalmente deficitário”.

Mesmo assim, em consequência também da falta desta renovação do convênio, conforme boletim estatístico do IBAMA³(2001,p.01),

“apesar das compreensíveis dificuldades na obtenção de dados completos da pesca artesanal, as estatísticas de desembarque produzidas pelo órgão vinham atendendo de forma satisfatória às necessidades dos diversos setores, até a interrupção da atividade de coleta e processamento dos dados pesqueiros ocorrida na segunda metade de 1999”.

Mas apesar de tudo, o IBAMA ainda conseguiu obter dados de captura que refere-se ao ano 2000, referente às praias de Ingleses, Santinho e Barra da Lagoa, no Município de Florianópolis (S.C), observados nas tabelas a seguir.

2. Informe da pesca Extrativa Marinha em Santa Catarina/1999.

3. Boletim estatístico da pesca industrial de S.C/2001.

Na tabela nº 05, as espécies capturadas em 2000, dos meses de janeiro a agosto, totalizaram um volume de 318.403 kg. A tainha foi à espécie mais capturada, totalizando 97.708 kg até junho, fim da época de captura, representando 30,69% do total de peixes capturado no ano; seguida pela anchova e lula, espécies de maior valor .

Tabela 05 – Captura de algumas espécies de pescado em Ingleses - Município de Florianópolis-2000.

Meses	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	TOTAL	
Espécie									kg.	%
Espada	22.702		11.970	9.885					44.557	14%
Lula	21.669	11.607	2.620						35.896	11,27%
Gordinho	1.080								1.080	0,34%
Xerelete	3.828								3.828	1,20%
Peixe Porco	33.780								33.780	10,61%
Corvina		6.186		5.333	6.094				17.613	5,53%
Tainha				3.721	59.169	34.818			97.708	30,69%
Anchova							35.879	47.511	83.390	26,19%
Garoupa							551		551	0,17%
									Total/jan a agosto	
Total	83.059	17.793	14.590	18.939	65.263	34.818	36.430	47.511	318.403	100%

Fonte: IBAMA

Na praia do Santinho, é praticado a pesca da tainha. A última coleta de dados realizada, relativo ao ano 2000, forneceu os seguintes dados apresentados na tabela nº 6, referente aos meses de captura. Constata-se na tabela que o mês de maio foi de maior abundância de peixes.

Tabela 06 - Captura de tainha na costa norte (Santinho) - Ano 2000 - Município de Florianópolis/S.C.

Meses	Maio	Junho	Total em kg.
Espécie			
Tainha	31.780	10.434	42.214

Fonte: IBAMA

A tabela a seguir, se refere somente aos meses de outubro a dezembro de 2000; totalizando nesses 3 meses 337.399 kg de peixes capturados. A corvina foi à espécie mais capturada, totalizando 151.282 kg, que representa 44,84% do total, seguido da espada e anchova.

Tabela 07 - Captura de algumas espécies de pescado na Barra da Lagoa-Município de Florianópolis/S.C. Dados do quarto trimestre do ano 2000.

Meses	Outubro	Novembro	Dezembro	TOTAL	
Espécie				Kg.	%
Espada	26.440	50.570	16.490	93.500	27,71%
Anchova	30.100	32.098		62.198	18,43%
Papa Terra	95			95	0,03%
Serrinha	11.813	9.455	3.910	25.178	7,46%
Corvina	71.189	45.011	35.082	151.282	44,84%
Tainha			1.554	1.554	0,46%
Lulas			3.592	3.592	1,07%
				Total/out à dez.	
Total	139.637	137.134	60.628	337.399	100%

Fonte: IBAMA

Em comparação entre a tabela nº 5 e 7, nota-se que a Barra da Lagoa, neste ano capturou em 3 meses, maiores quantidades de peixes, do que Ingleses em 8 meses.

De acordo com o informativo do IBAMA⁴, “na pesca artesanal as maiores capturas são registradas com o emprego de redes de emalhar, seguem-se à rede de cerco e o cerco flutuante”, detalhadas conforme a tabela 08:

Tabela 08 - Redes de emalhar utilizadas na Barra da Lagoa.

Espécie	Tipo de rede	Dimensões da rede	Operação de pesca
Anchova	Rede fixa de superfície	150 m de comprimento 10 a 25m de altura malha de 80 a 90 mm	A rede é deixada em locais rasos (até 20 metros) e vistoriada diariamente. Recolhida somente para reparos e quando encerra a safra
	Rede de deriva de superfície	600 a 700 m de comp. 20 m de altura malha de 80 a 90 cm	A rede é deixada à deriva, com uma extremidade amarrada à embarcação. Operação diurna.
	Rede de cerco ou de volta	600 a 700 m de comp. 20 m de altura malha de 80 a 90 mm	Procura de cardumes ao longo da costa, em profundidades de até 30 metros. Após a avistagem de um cardume, a rede é lançada de forma a cercá-lo. Com a rede lançada, os pescadores batem com remos na água para induzir os peixes a emalhar na rede.
Caiaua	Caça de malha ou caceio	600 a 700 m de comp. 30 m de altura malha de 70 a 80 mm.	A rede é deixada à deriva junto à embarcação, em locais de até de 30 metros de profundidade. Operação diurna.
	Rede de cerco ou de volta	600 a 700 m de comp. 30 m de altura malha de 70 a 80 mm.	Consiste no emprego da rede de caça de malha, com a mesma técnica para o cerco de cardumes de anchova.
Cação-anjo	Rede fixa de fundo	1.700 a 2.500 m 2 m de altura malha de 150 a 160 mm	Rede colocada em locais afastados da costa, podendo ser instalada, vistoriada e recolhida somente quando as condições de tempo e mar permitem. As vistorias são esporádicas, chegando a ocorrer apenas três vezes durante a safra (dezembro a janeiro).
Linguado	Rede fixa de fundo	1.700 a 2.500 m 2 m de altura malha de 140 a 150 mm	A rede é instalada em profundidade de 6 a 10 metros, em locais próximos à costa. A vistoria da rede pode ser diária.
Abrótea e peixes diversos	Rede de tresmalho ou feiticeira (rede de fundo com três panos sobrepostos)	450 a 500 m de comp. 3,5 m de altura malhas externas de 160 mm, malhas internas de 60 a 120 mm	A rede é instalada em locais de profundidades variadas, é vistoriada diariamente e recolhida quando necessita reparos. Quando o número de peixes capturados é grande, o desmalhe é realizado em terra.
Corvina e cações	Rede de deriva de fundo	2.000 a 2.500 m 3,5 m de altura malha de 110 a 130 mm.	Após a chegada aos locais de pesca, em profundidades entre 40 e 60 metros, a rede é lançada e deixada amarrada à embarcação por algumas horas. Operação diurna.

Fonte: (WAHRLICH apud KREMER,1999)

A flagrante falta de informações sobre o setor pesqueiro não permite a elaboração de planilhas de custo de produção, em nenhuma modalidade de pesca; e por isso não existem dados disponíveis sobre o valor bruto da produção da pesca.

2.2.4. EVOLUÇÃO DA PESCA ARTESANAL EM SANTA CATARINA

Os grupos vicentistas, no século XVII, e a colonização açoriana no século XVIII, representaram a base na qual se assentou o povoamento do litoral de Santa Catarina, originando as comunidades pesqueiras.

“As comunidades pesqueiras de Santa Catarina têm sua origem no processo de colonização iniciado no litoral pelos vicentistas, que fundaram as vilas de São Francisco do Sul (1658), Nossa senhora do Desterro (1679) e Nossa Senhora dos Anjos da Laguna (1676). À colonização do século XVII seguiu-se, no século XVIII, a colonização açoriana” (Beck, 1980, p.104).

Até o fim do século XVIII, a pesca ainda tinha um papel secundário na vida dos habitantes litorâneos, pois os “colonos açorianos, deram continuidade à agricultura de subsistência, iniciada pelos vicentistas, no século XVII, desenvolvendo uma policultura que tornou o litoral de Santa Catarina auto-suficiente em alimentos” (Beck, 1983, p.56).

Além da agricultura de subsistência e do pescado, os habitantes encontravam ao seu dispor um rico sistema natural (terra e mar) onde podiam ser facilmente coletados uma série de alimentos abundantes em todo litoral, tais como: os frutos silvestres, o mexilhão e a caça etc. A pesca, então, não tinha qualquer valorização comercial e destinava-se unicamente ao suprimento da alimentação familiar. As pessoas cultivam roças de mandioca para ser transformada em farinha nos próprios engenhos rudimentares que existiam e realizavam só esporadicamente a pesca do peixe, no intuito do autoconsumo. Portanto a articulação da agricultura com as atividades pesqueiras foi à forma de organização da subsistência dos pescadores artesanais.

Segundo Beck (1983,p.57), “na segunda metade do século XIX, observou-se uma diversificação das atividades econômicas, entre as freguesias do interior da Ilha, principalmente, e a pesca começou a assumir importância pelas perspectivas comerciais que a envolviam”.

Na segunda metade do século XX, a expansão capitalista iria ocorrer de forma intensa no litoral de Santa Catarina, e a pesca tornou-se uma atividade comercial, definida nos quadros da pequena produção mercantil.

“A pesca chamada artesanal, como uma forma de pequena produção mercantil, recebeu então expressivo contingente de mão-de-obra, em todo o litoral. Destaque-se que o abandono das terras e o abandono da lavoura começaram a se dar já na primeira metade do século XX”(Beck,1983,p.58).

A expansão capitalista, na segunda metade do século XX, gerou conseqüências para a população do litoral de Santa Catarina, pois houve a expansão dos núcleos urbanos, ampliação da atividades dos setores secundários e terciários. Aliado a isto, as formas de transporte foram evoluindo (principalmente o rodoviário) e abrindo canais de comercialização para o pescado e, por conseguinte, fornecendo uma alternativa de subsistência para os “pescadores-lavradores”. Esses dois fatores, principalmente, a especulação imobiliária e o surgimento de uma demanda para o pescado, provocaram uma alteração qualitativa na subsistência familiar. Antes, toda a família participava no processo de trabalho e tinha produção própria de grande parte da alimentação; depois, o pescador passou a ser o único a trabalhar, caso não houvesse na família filhos homens com idade de pescar, e passou a depender de um único produto, o pescado, que lhe servia para efetuar a troca pelos demais itens da reprodução da força de trabalho familiar.

No início do processo de desarticulação da agricultura com a pesca, os variados ambientes propícios à prática da pescaria (lagoas, baías, estuários, praias, etc) do litoral catarinense possuíam “estoques” abundantes de pescado e crustáceos, pois o esforço de pesca desenvolvido era muito pequeno, permitindo a reprodução natural das condições de safras. Os instrumentos de trabalho que os pescadores utilizavam nessa época eram restritos a uma pequena canoa, cujo tamanho variava em função das condições de pescaria, à tarrafa, em alguns casos e pequenas extensões de rede de algodão.

Foi a partir do aumento do número de pescadores, e da conseqüente diminuição da produção individual, que, gradativamente, a atividade pesqueira foi incorporando produtos industrializados, em detrimento da produção artesanal dos aparelhos de pesca. Isso certamente objetivou compensar a diminuição da produção. A introdução das chamadas “inovações tecnológicas” (motor, nylon, etc) na pesca artesanal catarinense variou muito em função das condições econômico-sociais da cada local. No entanto, pode-se considerar que já nos anos 1960 registrava-se a adoção de tais inovações. De fato, escrevendo naquela década, Lago

“Percebeu que as embarcações têm (...) recebido melhorias, com o aumento das unidades motorizadas. O porte, o tipo, não evoluiu, persistindo o domínio das canoas e baleeiras. As redes também tenderam à aplicação de fios de nylon, pelo menos nas menores e, sobretudo, nas tarrafas que quase sempre são utensílios empregados difusamente” (1968,p.48).

Quanto à utilização do motor, pode-se afirmar que ocorreu inicialmente nas comunidades que praticavam a pesca de oceano, isto por volta de 1935-45. Somente mais tarde, já na década de 1950-60, é que seu uso teve início nos diferentes pontos do litoral (baías, lagoas, etc). Igualmente nesta época, 1950-60, começaram a ser confeccionadas as primeiras redes de fio de nylon de polietileno.

O processo de modernização trouxe inúmeras transformações na organização da pesca artesanal, principalmente no processo de trabalho e nos níveis de produtividade. O motor e o nylon, especificamente, modificaram sobremaneira a jornada e a intensidade do trabalho. Se antes era necessário dispender uma enorme força física, ou depender dos ventos, para os deslocamentos (remo, e vela), depois, com um tempo muito menor, bastava acionar o motor e sentar ao leme da embarcação.

2.2.5. EVOLUÇÃO NA REGULAMENTAÇÃO DA PESCA NO BRASIL E EM SANTA CATARINA

a) Evolução na Regulamentação da Pesca no Brasil.

Em 1961 foi criado o Conselho de Desenvolvimento da Pesca (CODEPE), com atribuições amplas que englobavam todas as diretrizes de uma política nacional de pesca, incluindo ações de para isenções fiscais de estímulo, tanto para a criação de novas indústrias e construção de novos barcos pesqueiros, como para o desenvolvimento do que já existia. No entanto, quando se regulamentava a existência do Conselho de Desenvolvimento da Pesca, já se previa a instalação futura de órgão que o substituiria, a Superintendência do Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE), o que foi feito em 1962 pela Lei Delegada nº 10 de 11 de outubro, na qual se esboçava o Plano Nacional do Desenvolvimento da Pesca (PNDP). O Decreto Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967, que instituiu incentivos fiscais, deu início, a partir de então, ao processo de aceleração e industrialização pesqueira do país.

O Decreto Lei nº 1.373, de 12 de dezembro de 1974, transformou a SUDEPE em Agência Governamental do Desenvolvimento Setorial, competindo-lhe, pela nova sistemática, a administração dos incentivos fiscais alocados à pesca, cabendo ao Banco do Brasil S/A a atribuição de operar o referido fundo.

A Lei nº 7.735, de 22 de fevereiro de 1989, criou o Instituto do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), que surgiu com a extinção da Superintendência do Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE), da Superintendência da Borracha (SUDHEVEA), do Instituto Brasileiro do Desenvolvimento Florestal (IBDF) e da Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA).

No âmbito nacional, o IBAMA é o órgão responsável pela promoção do desenvolvimento e controle da atividade de pesca. Há também, o Conselho Nacional das Entidades de Pesca – Conepe, que trata dos interesses do setor.

b) Evolução na Regulamentação da Pesca em Santa Catarina

Em 6 de dezembro de 1968, foi criada a Associação de Crédito e Assistência Pesqueira de Santa Catarina (ACARPESC), com a finalidade de proporcionar a assistência técnica e creditícia ao pescador artesanal.

Decreto nº 2.612, de 17 de maio de 1977, criou o Instituto de Pesquisas e Extensão da Pesca (IPEP), subordinado a estrutura organizacional da Secretaria da Agricultura, agrupando todas as atividades pesqueiras do Estado e encarregado de executar a política estadual de pesca.

Decreto nº 1675, de 17 de maio de 1988, extinguiu o Instituto de Pesquisas e Extensão da Pesca, sendo que parte de suas atividades foram transferidas para a ACARPESC, ficando esta vinculada a Secretaria da Agricultura e Abastecimento.

Em 20/11/91 a ACARPESC passa a figurar na estrutura da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural S.A. do Estado de Santa Catarina (EPAGRI), subordinada à Secretaria do Estado do Desenvolvimento Rural e da Agricultura, limitando-se à Assistência Técnica, Extensão Pesqueira e Aquícola.

No âmbito estadual, a estrutura oficial com atribuições voltadas para o desenvolvimento do setor pesqueiro é a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Rural e da Agricultura, através da EPAGRI. E há também, os diversos sindicatos que congregam as mais diferentes categorias profissionais do setor.

Na pesca artesanal, os intermediários lideram todo o setor, em função da dependência dos pescadores

2.3. CONCLUSÃO

A pesca artesanal sempre desempenhou um papel importante como meio de subsistência para as comunidades povoadas por açorianos.

A pesca assistiu a muitas modificações e transformações de estruturas socioeconômicas locais e, atualmente, embora a forma artesanal persista em algumas comunidades, sua importância econômica está em declínio.

A atividade pesqueira é organizada em função do capital disponível para a aquisição dos implementos de pesca (barcos, redes, espinhéis, etc...). Na Ilha de Santa Catarina, ela é essencialmente praticada nas proximidades da costa, tendo em vista a falta de recursos para a aquisição de barcos maiores, mais potentes, capazes de efetuar aquelas atividades em alto mar. De modo geral, os instrumentos de pesca pertencem a poucos pescadores de maiores recursos.

Convém ressaltar que os valores dessas populações (pescadores-lavradores) e sua organização social não permitem um sistema econômico razoável com suas necessidades, pois a mobilidade socioeconômica dessas populações é extremamente limitada, já que são poucos os que conseguem meios necessários à ascensão social. Sendo a pesca artesanal um meio de subsistência, esses indivíduos não possuem na maioria, condições para a acumulação de capital, convivendo com uma grande instabilidade de renda, assuntos que serão abordados no próximo capítulo.

CAPÍTULO III : A PROBLEMÁTICA DA PESCA ARTESANAL: O CONTEXTO GERAL DA ABORDAGEM SOBRE COMUNIDADES PESQUEIRAS NA ILHA DE SANTA CATARINA

As questões abordadas neste capítulo enfeixam-se em torno da problemática sobre as comunidades pesqueiras em Santa Catarina. Destaca-se o fato de que a pesca artesanal não proporciona condições de acumulação de capital em escala ampliada, e que raramente foi suficiente como atividade exclusiva, para proporcionar o suprimento das necessidades de familiares. Uma outra questão abordada relaciona-se ao processo de comercialização, foca-se a questão da dependência dos pescadores em relação aos comerciantes e ao capital comercial. Um outro assunto importante é o das transformações recentes nas localidades de pescadores decorrentes da urbanização. O turismo e, conseqüentemente a especulação imobiliária, com seus reflexos, afetam as comunidades pesqueiras tradicionais.

3.1. ACUMULAÇÃO DE CAPITAL NA PESCA

O principal entrave no desenvolvimento das forças produtivas da pesca artesanal, a partir de suas próprias possibilidades econômicas, reside no fato de esta não proporcionar condições de acumulação de capital em escala ampliada para os pescadores. A atividade “serve de [meio para] acumulação para aquele que então é dono dos meios de produção graças à exploração do trabalho excedente não pago aos pescadores”(Mello,1985,p.49).

Desde quando a pesca se organizava em regime de economia de subsistência, praticada essencialmente para o auto-abastecimento, passando pela fase da articulação com a agricultura e com a comercialização do eventual excedente pesqueiro, até os dias atuais, onde é atividade exclusiva de inúmeras famílias do litoral catarinense, a prática da pesca artesanal apresentava traços como os apontados por Mello(1985):

- *“A pesca, antes praticada com fins de subsistência, passa a desempenhar a função dominante de atividade econômica voltada à produção de valores-de-troca, como opção mais viável a*

obtenção de dinheiro que permitisse a compra, pelo pescador, dos novos bens que chegavam da capital;

- *o comércio intensivo traz para certas zonas pesqueiras a influência do estilo urbano de vida, modificando os costumes e gerando novas necessidades, concorrendo para transformar em definitivo o panorama geral pré-existente;*
- *surge a figura do pescador “profissional” ou “especialista”, já que agora dedicado unicamente à atividade pesqueira”(p.59).*

A forma de organização da produção pesqueira artesanal apresenta a forma de parcerias, ou seja, numa relação distributiva desigual do produto da pesca entre o proprietário dos meios de produção e os parceiros da canoa, intermediados pelo “encarregado”, representante do proprietário na embarcação.

“A parceria é uma forma de relação social de trabalho em que o produto é distribuído pelos trabalhadores proporcionalmente à contribuição que cada um deu para que aquele montante pudesse vir a ser produzido. Assim, por exemplo, tradicionalmente 50% do pescado, deduzidas as despesas, pertenceriam aos donos do barco e da rede e, os outros 50% seriam repartidos de maneira igualitária por todos os pescadores que participaram da pescaria, incluindo os donos dos meios de produção que, no caso, também trabalham”(Mello,1985,p.61).

É nesse processo que o pescador recebe o suficiente para a reprodução dos seus meios de subsistência. Ou seja, para os camaradas está em jogo a simples reprodução da força de trabalho familiar; e para os proprietários de embarcações, além daquela, é importante a reprodução dos meios de produção, ainda que com, dificuldades para o acompanhamento da evolução tecnológica.

Se as perspectivas de acumulação de capital são escassas, inexistem para os pescadores proprietários de embarcações, para os camaradas, então, essa situação é absolutamente impossível no que depender exclusivamente da pesca. Para a maioria dos “proeiros” a atividade representa apenas a subsistência familiar: todos os ganhos da pesca são gastos na reprodução da força de trabalho, impedindo totalmente o acesso à propriedade de meios de produção, em decorrência da falta de condições de realizar qualquer poupança. A transformação do pescador camarada em proprietário de uma embarcação passa necessariamente pelo auxílio de recursos de outras fontes (linhas de créditos), além de sua

pescaria. Os custos dos meios de produção se tornaram elevados, impedindo a transformação dos donos das pequenas baleeiras em proprietários dos barcos maiores, por não disporem de uma acumulação realizada previamente na pesca.

Portanto, a quantidade de capital cada vez maior que a pesca exige para a propriedade dos meios de produção força muitos pescadores a abandonarem definitivamente a pesca ou a transformá-la em atividade acessória. A tendência é que quanto maior for o número e o porte das embarcações, maiores serão suas possibilidades de elevar o nível de produção e, conseqüentemente, acompanhar a modernização das embarcações, aumentando a sua frota. Finalmente, é importante ressaltar o papel da tecnologia no avanço da concentração de capital na pesca artesanal. A necessidade crescente de modernização que se impõe aos pescadores para manterem níveis satisfatórios de produtividade, implica num aumento de capital constante e, em decorrência, na elevação dos investimentos, terminando por determinar a exclusão de um número cada vez maior de proprietários.

3.2 - INSTABILIDADE DA RENDA PARA OS PESCADORES ARTESANAIS

Desde o início da colonização açoriana em Santa Catarina, a pesca nunca foi suficiente, como atividade exclusiva, para proporcionar o suprimento das necessidades familiares das populações litorâneas. Inicialmente, em decorrência das dificuldades de obtenção de canais de comercialização para o pescador, esses habitantes baseavam sua subsistência no cultivo da terra, reservando, como já assinalado, um papel secundário para a pesca, na medida do autoconsumo. Contudo, com o passar do tempo e com a desestruturação da combinação pesca-agricultura, os pescadores foram buscar em outras atividades a complementação da remuneração pesqueira.

Atualmente, em algumas comunidades, esse envolvimento em outras atividades acontece sazonalmente; em outras comunidades, exige o abandono da pesca e o ingresso permanente na atividade. Quando o emprego é sazonal, normalmente acontece nos períodos de descenso da pesca (no verão, na maior parte dos casos) e está relacionado ao movimento turístico das praias. Como descreve Oliveira (1998, p.45), “a atividade turística influencia a

atividade de pesca artesanal, no momento que proporciona outro meio de renda”. Nesse sentido, as atividades que mais absorvem a mão de obra pesqueira são: empregados em hotéis e restaurantes, serviços domésticos nas casas de turistas, etc. Portanto, uma vez ultrapassada a temporada de veraneio, os pescadores geralmente retornam à pesca. Por outro lado, a oferta de emprego algumas vezes exige o tempo integral dos pescadores e, desta forma, é necessário o abandono da pesca, ou sua transformação em atividade acessória praticada nas horas vagas.

Uma forma dos pescadores catarinenses atualmente fazerem frente à instabilidade de renda da atividade pesqueira implica o seu deslocamento para a mesma atividade executada, periódica ou eventualmente, em zonas de pesca de outros Estados (Rio Grande do Sul/RS e Santos/SP) com único objetivo complementar à renda familiar. Isso é observado desde há muitas décadas:

“Quando o deslocamento se efetua mais de uma vez por ano, pode-se afirmar que o pescador reside em sua comunidade apenas nas entressafras das capturas no Rio Grande do Sul. As safras são, em geral, três por ano. A mais prolongada, chamada de “seis meses”, vai de julho a novembro e coincide com a época das capturas da tainha e da anchova.

Retornam, os que dela participam, em fins de novembro, para as comunidades catarinenses, e novamente se deslocam, em janeiro para a safra de camarão. Regressam às comunidades por volta da Semana Santa e, tão pronto esta termina, tomam o rumo das praias rio-grandenses” (Lago, 1968, p. 73, 74).

A migração dos pescadores catarinenses para outras regiões pesqueiras tem-se colocado como alternativa de renda para eles, que às vezes passam o ano sonhando com uma boa safra para aumentar seus rendimentos.

A forma de complementação da renda da pesca que, sem dúvida, tem maior influência no conjunto das comunidades pesqueiras catarinenses, é o turismo. Além da possibilidade de emprego sazonal, o movimento turístico do verão cria condições para que os pescadores possam, em algumas comunidades, comercializar o pescado por preços superiores aos pagos pelos intermediários.

Quando a chegada de turistas em grande quantidade acontece na própria comunidade, surge uma outra fonte de renda suplementar para os pescadores: o aluguel temporário de suas residências, ou mesmo de pequenos cômodos construídos especificamente para este fim. Por todas essas razões é que os turistas, apesar de trazerem valores e costumes diferentes em relação ao modo habitual de vida das comunidades pesqueiras, recebem um tratamento amável e acolhedor dos pescadores. É, portanto, o aspecto econômico do turismo em favor dos pescadores que justifica esse comportamento com relação aos visitantes.

A insuficiência de renda da pesca artesanal e as próprias condições objetivas de vida determinaram que se promovesse nas famílias dos pescadores, historicamente, uma divisão sexual do trabalho. Os homens ocupam a totalidade de seu tempo com as tarefas da pesca; as mulheres, além das habituais tarefas domésticas e da educação dos filhos pequenos (até que estes estejam em idade suficiente para ingressar no trabalho) desempenham outras atividades (produção do trabalho artesanal e demais serviços para os turistas (lavar roupas, vender doces e salgados nas praias, etc), que empregam a força de trabalho feminina; trabalhos informais remunerados para ajudar na formação da renda familiar, desempenhando dupla jornada de trabalho.

Finalmente, cabe ressaltar um fator natural que contribui no sentido de tornar a pesca artesanal instável economicamente. Além de a atividade impossibilitar qualquer previsão de receita, a pesca é muito dependente de fatores climáticos e meteorológicos (fases da lua, ventos fortes): qualquer mudança de tempo que venha a afetar as condições do mar impede os pescadores de praticar a pescaria.

Portanto, é em função de todos estes motivos expostos acima que a renda da pesca artesanal se reveste do caráter de insuficiência e instabilidade. Assim, dificilmente os pescadores rejeitam a proposta de uma remuneração maior na pesca industrial, onde inclusive o pagamento da previdência social é garantido.

3.3. DEPENDÊNCIA DOS PESCADORES EM RELAÇÃO AOS COMERCIANTES

A combinação da atividade pesqueira com a agricultura de subsistência, além da produção artesanal dos instrumentos de trabalho, permitiu aos pescadores, historicamente, o suprimento de praticamente todas as suas necessidades familiares. Nesse tipo de economia, prevalecente no passado em várias comunidades pesqueiras, os valores de uso eram a tônica das relações de produção existentes.

“Antes que o pescador tenha se tornado proletário, ele foi produtor independente de mercadoria; antes porém de ser produtor independente de mercadoria, ele foi pescador independente preocupado exclusivamente com o sustento dos seus mediante uma atividade que tinha como fim único o peixe enquanto valor-de-uso” (Mello, 1985, p.50).

Na medida em que as comunidades foram incorporando alguns produtos industrializados às suas necessidades, e ampliando o seu contato com o mercado capitalista, a pesca passou a ser desempenhada com o fim da produção de valor de troca, mantendo-se ainda a agricultura somente para a subsistência. O pescado, nessa fase, era, em geral, uma das principais fontes de dinheiro disponível para a aquisição das mercadorias essenciais, sendo a comercialização realizada pelos próprios pescadores. Nesses casos, eles transportavam o pescado em suas canoas até o centro urbano mais próximo. Na Ilha de Santa Catarina, isso implicava geralmente transportar até o mercado público municipal de Florianópolis, onde vendiam, tanto quanto em feiras livres.

Assim, é possível perceber o quanto à abertura de estradas ligando as praias de Florianópolis a outras cidades foi um marco histórico para o início da comercialização regular de pescado, o que acabou por estimular uma captura em maiores quantidades. A viabilização do transporte rodoviário permitiu, de fato, o surgimento de uma demanda segura para o pescado, e desse modo os pescadores tiveram condições de se dedicar à pesca, em detrimento gradativo das tarefas agrícolas que, em decorrência de vários fatores, tornaram-se cada vez mais difíceis de serem mantidas. De outra parte, com as estradas, a penetração do capital nas comunidades tornou-se mais fácil, tanto na atividade pesqueira, quanto no campo imobiliário.

A partir daí, o capital foi gradativamente cerceando a pesca artesanal e estabelecendo seu domínio na esfera das relações de produção.

O produto da produção pesqueira artesanal é gerado, ainda hoje, praticamente nos mesmos moldes do seu início da atividade. Houve algumas adaptações tecnológicas (materiais industrializados, motor, etc), mas a organização da produção é essencialmente a mesma. De toda maneira, na medida em que a pesca artesanal foi se desenvolvendo, os pescadores tiveram que ir adequando os seus instrumentos de trabalho à realidade dos recursos pesqueiros disponíveis. Isso foi observado em diferentes áreas de pesca, incluindo as de Santa Catarina. Devido à atuação da pesca industrial e ao crescente número de pescadores, o pescado foi gradativamente escasseando nessa costa litorânea. Assim, para manter níveis de produtividade suficientes para a reprodução da força de trabalho familiar e dos meios de produção, os pescadores tiveram que incorporar as inovações tecnológicas na pesca (motor, redes de nylon, embarcações maiores, etc.) para, então, terem condições de praticá-las mais afastados da costa.

Dessa forma, para se construir uma parelha (conjunto de aparelhos necessários para a prática da pesca; essa denominação inclui o barco, motor, redes, cabos, bóias, etc.) em condições de pescar diferentes espécies de peixes e em várias situações, para o que se torna necessário um investimento bastante elevado, geralmente além do poder aquisitivo dos pescadores. Por isso a grande maioria dos pescadores que puderam investir não adquiriu todos os apetrechos de pesca juntos, numa única vez; pelo contrário, a aquisição foi gradativa e os pescadores, na sua maioria, levaram bastante tempo poupando dinheiro até completarem a montagem da “parelha”.

“O fato de apenas alguns possuírem meios de produção permitiu que com o surgimento de novas necessidades provenientes da urbanização, passassem a utilizar o trabalho daqueles que só contavam com sua força de trabalho(...) O trabalho dos sem meio passou a ser fonte geradora de mais-valia, já que os donos dos instrumentos passavam a impor uma maior produção aumentando a jornada de trabalho com o objetivo de diferirem lucros que permitissem aumentar os negócios pela compra de novos meios de produção” (Mello, 1985, p. 61).

Portanto, a pesca artesanal apresenta-se como atividade de grupos de “produtores independentes”, tanto proprietários de embarcações quanto camaradas, que produzem um excedente que acaba sendo apropriado pelo capital comercial no momento que o pescado entra na esfera da circulação. Por isso, apesar do valor ser incorporado ao pescado pelo trabalho dos pescadores, é somente através da comercialização que o capital comercial se reproduz ampliadamente, e o pescado se realiza como mercadoria.

A forma na qual se efetua a exploração sobre os pescadores artesanais é que estes organizam a produção de forma não capitalista, onde o preço do pescado que remunera o trabalho dos pescador parece suficiente só para reproduzir a força de trabalho familiar dos pescadores. A própria reprodução dos meios de produção vem se tornando cada vez mais difícil, tendo em vista as inovações tecnológicas que se fazem necessárias para combater a escassez do pescado. Mello (1985) descreve a trajetória e as implicações da forma de organizar a pesca artesanal como segue:

“Somente a partir de algumas décadas atrás é que a pesca passou a ser comercializada de maneira mais intensa e, em virtude disso, surgiu a figura do pescador como alguém dedicado exclusivamente a este tipo de atividade econômica. Entretanto, se é que este pescador sofria exploração, esta decorria do preço que lhe era pago pelos comerciantes em comparação com o lucro que este auferiam com a revenda do produto. De maneira geral, continuavam os pescadores a serem os próprios donos de seus instrumentos de trabalho. Por outro lado, a acumulação inerente ao modo capitalista de produção estava praticamente impedida de vir a existir enquanto predominasse nas comunidades pesqueiras a utilização de meios ou instrumentos tradicionais de pesca” (p.50).

A exploração a que se submete a pesca artesanal, em seu espaço comercial, é observado através do preço pago ao pescado, pois o estabelecimento de preço é completamente dominado pelo grande intermediário. Por outro lado, para se realizar a comercialização do peixe (armazenamento, transporte e venda) é necessária à instalação de uma infraestrutura de porte considerável, com câmara frigorífica, caminhão, caixas plásticas, etc. Em função do volume de capital exigido para isso, a produção pesqueira acaba sendo diretamente vinculada ao capital comercial. Nesse sentido, a expressão “intermediários da pesca”, no caso de comercialização do peixe, se refere ao próprio capital comercial.

Os intermediários, de alguma forma beneficiam os pescadores artesanais, mas através de mecanismos de especulação, bloqueiam o aumento de suas rendas. Seus esquemas de comercialização causam descontentamento junto aos pescadores, e isto, desde há muito tempo, como se pode depender das palavras de Lago (1968) :

“Os intermediários têm evitado, pela ação pronta junto às comunidades, à deterioração de massas de pescado (...). Propiciando a dinamização do setor de comercialização do pescado fresco, os intermediários tenderam a mecanismos de especulação que funcionam como bloqueios ao aumento das rendas dos pescadores artesanais. Dentro das circunstâncias da economia pesqueira tradicional, o intermediário se tornou inevitável, possibilitando dinamização da atividade de captura, pela diminuição da distância entre zonas de produção e zonas de consumo. Mas, a evolução da atividade, o crescimento das aspirações entre os pescadores e a consolidação de esquemas de comercialização por parte dos intermediários, suscitaram bases para reclamações” (p.103).

Os compradores de pescado (intermediários) exigem também exclusividade para adquirir a produção, não permitindo, às vezes, que os pescadores comercializem com terceiros (turistas, etc), e selecionando o peixe. Essa exigência se reforça muito mais com a situação de dependência ao intermediário.

É na formação do preço do pescado que se localiza o mecanismo principal de exploração dos pescadores pelos intermediários. Nesta formação, pode-se constatar, fundamentalmente, uma independência entre o preço estabelecido para vigorar no mercado e o preço de produção. Nesse sentido, o preço final do pescado para o consumidor é fixado nos centros urbanos, independentemente do conhecimento da estrutura dos custos de sua produção. Incorpora-se, assim, ao preço do pescado, uma margem decorrente de especulação imposta pelos intermediários, que detém as condições para sua realização.

De maneira geral, o pescador artesanal tem plena consciência de que é explorado no processo de comercialização de sua produção, ou seja, que o preço oferecido pelo intermediário não representa uma remuneração justa pelo seu trabalho e que, portanto, não corresponde às suas necessidades reais de sua produção ampla da força de trabalho familiar.

Cabe ressaltar que a dependência dos pescadores ao esquema de comercialização dos intermediários, em última instância, é garantida porque os pescadores não dispõem de condições de armazenamento e transporte para comercializarem por conta própria seu produto. Nesse sentido, em termos de consciência da situação de exploração que estão submetidos, alguns pescadores têm claro que o intermediário ganha “dinheiro fácil” sobre o seu trabalho. Contudo, vêem o papel desempenhado pelo intermediário como indispensável no processo de comercialização do pescado.

O processo de comercialização na pesca artesanal, sem dúvida, é um dos pontos essenciais na problemática da vida desses pescadores, uma vez que tem conseqüências diretas no nível de renda familiar. Como o pescado é um produto facilmente perecível e os pescadores não dispõem de condições materiais (câmaras frigoríficas) para o conservar, tornam-se totalmente dependentes do esquema de comercialização dos intermediários, proprietários destas condições de armazenamento e transporte.

3.4. TRANSFORMAÇÕES RECENTES NAS COMUNIDADES PESQUEIRAS DEVIDO AO TURISMO E À ESPECULAÇÃO IMOBILIÁRIA

3.4.1 . O TURISMO E A URBANIZAÇÃO DAS COMUNIDADES PESQUEIRAS

O turismo e o crescimento urbano nas praias entraram em choque, em muitos aspectos, com a atividade pesqueira. O espaço físico, que até então era livre para construção de casas, ranchos de pesca, varais de redes, está hoje sendo disputado palmo a palmo com o turismo e investidores do ramo. Isso ocorre até mesmo porque a pesca artesanal, devido às suas particularidades, ocupa os melhores lugares da praia e, portanto, os mais cobiçados pelos turistas.

Entretanto, é fundamental, para a continuidade da atividade, a preservação de uma área mínima destinada aos ranchos de pesca, aos portos pesqueiros, etc. Este mínimo espaço é indispensável para a atividade, e a sua perda significa dificuldades adicionais, para a mesma, o que agrava ainda mais a situação que já é crítica. Hoje esta ameaça existe para a maioria das

comunidades pesqueiras no norte e leste do município de Florianópolis, e alguma providência deveria ser tomada em relação a isso, para evitar a extinção da atividade pesqueira nesses locais.

O turismo e a especulação imobiliária andam juntos e, muitas vezes, o especulador é o próprio empresário que pretende desenvolver no local um empreendimento turístico de grande porte. Constitui exemplo, nas praias dos Ingleses e Santinho, na costa norte da Ilha de Santa Catarina, o grande empreendimento turístico relativo ao Hotel Costão do Santinho, expulsando, quando necessário, a atividade pesqueira do local. Essa situação é movida unicamente para atender aos interesses específicos de grandes empresários e especuladores em geral, indicando ser um bom negócio para os investidores do ramo.

O litoral catarinense, nos últimos anos, vem sendo procurado por um grande número de turistas das mais variadas procedências. Paranaenses, gaúchos, paulistas e argentinos são os maiores freqüentadores do litoral, que, sem dúvida, além de extenso, é pontilhado por belas praias cercadas de dunas, lagoas e exuberantes paisagens, o que faz do mesmo um forte atrativo turístico. Enfim, essa situação tem incentivado as especulações de todo tipo, atingindo principalmente as comunidades pesqueiras. Assim, prolonga-se e se intensifica em Santa Catarina um tipo de dinâmica registrada em diferentes pontos do litoral brasileiro, como percebe Diegues (1983):

“(...) A base de sua organização social, a pequena agricultura, começou a se desestruturar, sobretudo pela especulação imobiliária. Poucos caíçaras possuíam os títulos de propriedade de seus terrenos nas praias, que tradicionalmente passavam de pai para filho. Percebendo o grande potencial turístico, grupos econômicos começaram a se apropriar dessas terras, lubrificando a boa fé dos moradores. (...) Atualmente são empresas de turismo, que exercem pressão sobre os pequenos pescadores” (p.188-189).

Resumindo, é importante dizer que o turismo e o crescimento urbano, levado às últimas conseqüências nas praias de pescadores, estão colocando em risco a sobrevivência da pesca artesanal. Nesse sentido é que se questiona a forma de como vem sendo incentivado o turismo, sem preocupação com os prejuízos causados à atividade pesqueira, que pouco tem

reagido, já que a luta nesse sentido é desigual. Mesmo as praias mais isoladas já foram atingidas, e as terras estão geralmente nas mãos de especuladores que aguardam o momento exato para melhor explorá-las, ou seja, loteá-las ou desenvolver qualquer empreendimento turístico.

Com a urbanização das praias, impulsionada pela “indústria do turismo”, rápidas transformações atingiram as comunidades pesqueiras, provocadas no bojo de uma “expansão capitalista” em várias frentes de expansão. O setor da pesca artesanal foi profundamente colocado em situação de dependente do mercado urbano, que ajudou a desestruturar, assim, o sistema tradicional que já foi auto-suficiente.

3.4.2.A ESPECULAÇÃO IMOBILIÁRIA E SUAS CONSEQUÊNCIAS NA PESCA ARTESANAL

A rápida expansão da especulação imobiliária nas chamadas comunidades pesqueiras é recente em termos históricos. A ação especulativa não ocorreu obviamente de forma simultânea e homogênea, mas sim de maneira diferenciada segundo a realidade de cada local. Pode-se afirmar que tal processo despontou a partir dos anos 1970, quando então o turismo passou a fluir rapidamente em direção às praias catarinenses, provocando o crescimento da especulação imobiliária que se abateu sobre as áreas de terras até então utilizadas pelas populações pesqueiras para a prática da agricultura de subsistência.

Os pescadores/lavradores, legítimos ocupantes daquelas terras, não possuíam qualquer documento de posse, o que, sem dúvida, facilitou a penetração dos especuladores que provavelmente conheciam muito bem as concessões de terras.

As humildes comunidades pesqueiras, que até bem pouco tempo habitavam solitariamente aquelas áreas de praias, ocupando um grande espaço físico para plantar, morar, etc, não podiam jamais imaginar que terras vendidas a preços baixíssimos poderiam se “valorizar” tanto, em tão curto período, ser revendidas para turistas a preços elevados.

“O processo de especulação se instala, inicialmente, com a procura de compra de terreno por aqueles que visitam as praias do litoral, habitadas por pescadores. O pescador é induzido pelo visitante a vender sua propriedade. Propostas desse tipo vão aparecendo e se avolumando, acabando por gerar a relocação dos pescadores” (Nacif, 1994, p.18).

A terra, para essas comunidades, representava efetivamente a possibilidade de subsistência, e a sua venda forçou os pescadores/lavradores a buscarem outras formas de subsistência. A pesca artesanal apareceu, assim, como uma alternativa concreta, porém limitada, devido às suas particularidades. Ou seja, no caso específico do litoral catarinense, a aproximação geográfica, a demanda externa, procedente de centros urbanos, como Florianópolis, possibilitou o rápido crescimento populacional das comunidades litorâneas.

“A partir do processo de especulação imobiliária nas áreas pesqueiras, há um redimensionamento do espaço da moradia e mesmo da praia, enquanto parte da área de produção dos pescadores. O povoado, que antes era exclusivamente habitado por pescadores, cede lugar a novas moradias de veranistas, compradas dos pescadores e transformadas ao estilo próprio do meio urbano” (Nacif, 1994, p.18).

A perda das terras aprofundou a dependência com o mercado urbano, que passou a substituir a colheita de produtos naturais (feijão, frutas, milho, verduras, legumes) e o artesanato em geral por produtos industrializados. Houve a substituição de uma posição de independência por uma de dependência crescente do mercado.

Na medida em que o sistema tradicional (pesca/agricultura), empurrado por um processo mais amplo, foi se reduzindo, as comunidades perderam sua condição de relativa auto suficiência e mergulharam, conseqüentemente, em uma dependência cada vez maior ao mercado urbano. Isso provocou estrangulamento econômico, uma vez que o poder de compra dos pescadores, baseado cada vez mais em um único produto (o pescado), sofreu sucessivos rebaixamentos impostos pelos intermediários no ato da comercialização.

Dentro de um conjunto de fatores, há um processo mais amplo que desestruturou o sistema tradicional, uma força econômica determinante que nada mais é do que a expansão

capitalista, que, levada pelo impulso a contínua expansão do modo de produção, busca a todo custo remover os obstáculos que dificultam ou impedem o seu desenvolvimento histórico.

De acordo com Beck (1983,p.64), em estudos realizados em Santa Catarina, esta expansão capitalista se dá através de uma frente urbano-industrial, onde desponha, por um lado, um desordenado mercado imobiliário, a partir do crescimento urbano e do turismo sazonal, e, por outro, a expansão da pesca industrial (uma pressão por terra e outra por mar, respectivamente), atuada conjuntamente. Essas frentes agem de forma a expulsar lavradores e pescadores, quer pela perda das terras, quer pelas dificuldades de acesso ao mar, transformando-as comunidades em grandes reservatórios de força de trabalho. Observa-se que ocorre uma perda da identidade cultural na medida da desarticulação econômica e social. As frentes capitalistas exercem pressões sobre a caracterização cultural, econômica e social nas comunidades pesqueiras de Florianópolis.

Enquanto os especuladores pressionavam o setor para que os pescadores se desfizessem de suas terras, por outro lado, a pesca industrial avançava sobre os estoques pesqueiros. A pesca industrial forçou os pescadores artesanais a irem cada vez mais longe para capturar o pescado, o que implicou em maiores investimentos em meios de produção. A evolução da atividade pesqueira mostra claramente este detalhe. Há 20/30 anos, as embarcações eram a remo ou à vela, evoluindo em seguida para o motor de centro, de 5 HPs, depois para o motor de popa, mais potente. As embarcações também foram ampliadas e, assim, todos os instrumentos de trabalho e as técnicas de captura.

O problema é que mais intensifica a atividade desordenadamente, piores consequências virão, pois os estoques pesqueiros são finitos e a captura indiscriminada levará, mais cedo ou mais tarde, a uma grande escassez.

Concluindo, a especulação imobiliária, incentivada pelo turismo, assumiu um papel importante na desestruturação do sistema pesca/agricultura, na medida em que a perda da terra inviabilizou a atividade agrícola.

Não foi o único fator destruturador. Ao contrário, um conjunto de fatores atuam nesse sentido. Mas a especulação imobiliária, enquanto um fator de expropriação, significou, sim, o fim de uma alternativa que possibilitava ao setor, tempos atrás, uma real independência em relação ao mercado urbano.

3.5. CONCLUSÃO

Nos últimos trinta anos, o desenvolvimento capitalista, causou através do desenvolvimento urbano, a pressão sobre as vendas de terras em consequência do turismo e especulação imobiliária; isso gerou a transição de um meio de produção (agricultura) devido à venda da área plantada, o abandono da roça e a venda do engenho de farinha; para outra forma de produção (pesca) no litoral de Santa Catarina. Essa inserção se dá como pescador artesanal atuando como dono de rede, e proprietário dos meios de produção na comunidade em que vive; ou como camarada, um trabalhador direto.

Cabe ressaltar ainda a exploração excessiva dos recursos pesqueiros, que tem sido uma das maiores preocupações dos países que fazem da pesca uma atividade econômica. Em uma pescaria na qual se incorporem cada vez mais contingentes de pescadores e embarcações, chega o momento em que começa a diminuir a produção para, logo, se continuar aumentando o esforço da pesca, como consequência não só se verificará que diminuiu a produtividade unitária (captura por unidade de esforço), como também a produção total, o que indica que a população da espécie está sendo explorada em excesso.

Uma pesca mal administrada tem, portanto, probabilidade de encontrar sérias dificuldades. A pesca industrial, por exemplo, depara-se com sérias dificuldades pelo excesso de capitalização e de empregos e pela necessidade de reduzir a quantidade de esforço de pesca, ou seja, obrigando a diminuir a captura.

Dessa forma, há necessidade de uma ação administrativa que imponha certas restrições quanto ao tipo de aparelho a ser usado, áreas interditadas, épocas interditadas, limites e cotas sobre a captura total, além de limite sobre o esforço de pesca total, sobre o potencial de pesca da frota, e sobre os tamanhos mínimos capturados, assim como impostos ou taxas de licença bastante consideráveis. Essas medidas podem inclusive ser empregadas isoladamente ou em conjunto, mas de uma forma firme e permanente.

É necessário, portanto, implantar um mecanismo de acompanhamento e avaliação para que, através de diagnóstico, se possa chegar à conclusão sobre o nível a que se está explorando o recurso pesqueiro. Este contexto, referente aos problemas da atividade pesqueira, servirá de base para a investigação sobre Ingleses e Barra da Lagoa, a partir de pesquisa empírica. Esse é o assunto do capítulo seguinte.

CAPÍTULO IV: INGLESES E BARRA DA LAGOA: COMUNIDADES PESQUEIRAS EM TRANSFORMAÇÃO

Conforme assinalado no começo deste trabalho, buscou-se através de uma pesquisa de campo na forma de entrevistas realizadas em Ingleses e Barra da Lagoa, observar como se comporta a atividade “pesca artesanal” nessas importantes comunidades pesqueiras da Ilha de S.C. Procura-se interrogar sobre as condições sociais dos pescadores e sobre o processo de transformação promovido pela atividade turística e pelo desenvolvimento da infra-estrutura e urbanização.

Serão observados também, o processo de comercialização através do atravessador, os problemas e soluções referentes à situação das atividades primárias, na opinião dos pescadores e a ação dos órgãos públicos com vistas a manutenção da pesca artesanal junto às comunidades em estudo. Neste sentido, a análise buscará captar aspectos da atual situação sócio-econômica dos pescadores, observando a caracterização dos entrevistados e a situação da atividade pesqueira.

4.1. O PROBLEMA GERAL DE COMUNIDADES PESQUEIRAS COMO INGLESES E BARRA DA LAGOA: VISÃO DA FEDERAÇÃO DOS PESCADORES DO ESTADO DE SANTA CATARINA.

Os pescadores artesanais estão organizados através das colônias de pescadores, que formam a Federação dos Pescadores do Estado de Santa Catarina – FEPESC, e esta, por sua vez, é vinculada à Confederação Nacional dos Pescadores – CNP.

Em entrevista realizada com o presidente da FEPESC, obteve-se a informação de que a Colônia de Pescadores (Z11), referente ao município de Florianópolis, possui registrados aproximadamente 620 pescadores artesanais pertencentes à comunidade de Ingleses e 860 pescadores pertencentes à comunidade da Barra da Lagoa, respectivamente ao Norte e a Leste da Ilha de Santa Catarina.

De acordo com dados fornecidos pela FEPESC, há no Estado cerca de 25 mil pescadores profissionais (na pesca artesanal e industrial somados) associados às 23 colônias de pescadores existentes. Este contingente, somado à parcela dos pescadores não-associados, que, segundo estimativa, chega a aproximadamente 5 mil, perfaz um total de 30 mil pescadores profissionais, que têm na atividade de pesca o seu único ou o seu principal meio de vida.

Segundo o presidente da FEPESC, dentre as espécies capturadas nas praias em estudo, estão a anchova, tainha, corvina, abrótea, cação, espada, pescadinha e lulas, além de outras diversidades de espécies também capturadas.

As várias formas de capturas em ambas as praias são: caça de malha, rede de emalhar, rede de arrasto (para pesca de tainha em épocas de safra), rede de fundeio e o cerco flutuante (exposto ao mar praticamente o ano todo e retiradas somente no período de safra de tainha, de 1 de maio a 15 de julho).

A Barra de Lagoa possui um diferencial de pesca para subsistência na espécie de pescado, com o camarão capturado na Lagoa da Conceição e no canal da barra⁵, com tarrafas.

Os pescadores da Barra da Lagoa, em comparação com os pescadores de Ingleses, possuem facilidades para embarque e desembarque e para a descarga dos peixes, e também na manutenção de suas embarcações, devido ao canal que desemboca ao mar. O presidente relatou que: “Existem trapiches para as embarcações atracarem com toda a segurança para os pescadores; já em Ingleses os pescadores não possuem esta vantagem, onde as embarcações são puxadas para a praia devido à falta de trapiches”.

Perguntado sobre os maiores problemas enfrentados pelos pescadores artesanais, o entrevistado citou a pesca predatória industrial, as poucas mudanças em tecnologia na pesca tradicional e a comercialização totalmente dependente dos atravessadores.

5. Canal da barra - Lagoa que desemboca ao mar.

Sobre os reflexos da pesca industrial predatória, cabe assinalar a modalidade de pesca de atuns com varas, atividade em plena ascensão, com produção toda destinada à exportação.

O principal insumo utilizado nessa modalidade de pesca é a isca-viva, correspondente ao juvenil de sardinhas, capturado nos ambientes marinhos. Esta prática tem gerado descontentamento e conflitos no setor pesqueiro em função do impacto ecológico causado e do descumprimento da legislação que proíbe a captura de peixes jovens. A entrevista com o presidente da FEPESC permitiu conhecer detalhes do problema:

“Os barcos de grande porte, como os atuneiros (barcos para pescar atum) por exemplo, pescam próximos aos costões e praias, grandes quantidades de sardinhas que servem como iscas para pescar atum no oceano. Estas sardinhas servem somente se estiverem vivas, são chamadas iscas vivas, e precisam ser pegas pelo menos em 10 toneladas, para aproveitar, somente em média, 4 toneladas, já que uma grande quantidade morre, prejudicando a cadeia alimentar de outras espécies de pescados. Devido à falta de alimentação próximo às praias e costões, as espécies se deslocam em busca de alimento, reduzindo a quantidade de peixe, acarretando em algumas épocas, escassez para os pescadores artesanais”.

O presidente da FEPESC afirmou que o IBAMA facilitou as condições para que os barcos de grande porte pescassem próximos as praias.

“Os barcos industriais possuem licença liberada junto ao IBAMA, e a Colônia de Pescadores (Z11) vem tentando entrar em acordo com o Ibama para retirar a licença, proibindo a pesca de barcos industriais próximos às praias, para não prejudicar a pesca artesanal”.

De acordo com o entrevistado, a solução para evitar a captura de iscas para barcos de grande porte seria a criação em cativeiro de pequenos peixes (por exemplo a tilápia) em tanques, através da piscicultura. “Com isso se evitaria quebrar a cadeia alimentar, pois a indústria pesqueira possui recursos financeiros para este tipo de investimento”, apontou o presidente.

Outro problema destacado na entrevista tem relação com o defeso da sardinha (período de proibição da pesca) para procriação. Somente os barcos para pesca de atum (atuneiros)

podem capturar este tipo de pescado, devido à licença obtida junto ao IBAMA. Isso reflete a pressão de quem tem o capital. Nas palavras do presidente da FEPESC:

“O pescador artesanal não pode pescar o peixe(sardinha) adulto, mas os atuneiros podem pescar a sardinha juvenil para isca, demonstrando o grande interesse da indústria pesqueira, já que essa espécie de peixe(atum) é exportada para Japão e EUA”.

O tratamento desigual concedido em escala institucional só agrava a situação da pesca artesanal. Enquanto o pescador artesanal utiliza equipamentos relativamente pouco predatórios e embarcações de pequena autonomia, a pesca industrial, além da moderna tecnologia, com sonar, guindastes, tripulação especializada e um espaço de captura enorme, ainda consegue facilidades para invadir a área da pesca artesanal, provocando a escassez do pescado em virtude da exploração predatória.

Nesse sentido, repensar a utilização do espaço pesqueiro é uma tarefa imprescindível nesse momento. É preciso uma ação mais eficaz e uma fiscalização que se oriente pela preservação dos recursos existentes. Isso contribuiu para a organização da atividade pesqueira.

A situação em que se encontra a pesca artesanal, no confronto com a industrial, é insustentável devido à tecnologia da pesca industrial. Os contrastes existentes se referem geralmente na necessidade de ampliação da capacidade de deslocamento e de captura, por parte dos pescadores artesanais, ou então o abandono da atividade. Além disso, esse confronto é mediado por uma série de pontos em comum existentes entre as duas categorias, dadas às particularidades da atividade pesqueira no que diz respeito ao trabalho no mar e as semelhanças quanto às precárias condições de vida de ambas as partes. Pode-se somar também a origem sócio cultural de ambas às categorias, já que a pesca industrial constitui-se da mão de obra da pesca artesanal.

A expansão capitalista no setor pesqueiro ganha, a partir dessa realidade, uma posição cômoda e privilegiada, já que tudo está a seu favor, sentindo-se portanto à vontade para explorar os estoques pesqueiros de forma que melhor lhe convier.

As poucas mudanças de tecnologia tradicional também prejudicam o desenvolvimento da pesca artesanal. Segundo o presidente da FEPESC, a renovação das frotas pesqueiras (embarcações, redes, motor, etc.) deveria ser gradativa, mas falta incentivo e orientação técnica. Perguntado se a maior causa dos problemas não seria a falta de recursos financeiros, o entrevistado sugeriu a utilização de financiamento do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), que, a partir do mês de junho de 2002, iria disponibilizar para o setor da pesca a quantia de até R\$ 15 mil por pescador para aplicação na melhoria da profissão. Esse dinheiro seria disponibilizado com carência de três anos e poderia ser pago em oito anos, com juro anual de 4%.

Para a obtenção de recursos financeiros junto ao PRONAF, o pescador deve estar registrado na Colônia de Pescadores (Z11) com toda a documentação necessária e deve fazer um cadastro no Banco do Brasil, cadastro esse que, depois de aprovado, seria encaminhado para a EPAGRI realizar o projeto técnico. Nesse projeto seriam verificados os tipos de pescaria exercidos, a localização da pesca, os tipos de espécies pescadas, o tipo de embarcação e a produtividade, para verificar as condições de pagamento, ou seja, a observação de como os recursos seriam utilizados e da viabilidade da iniciativa.

Outro problema enfrentado pelos pescadores tem a ver com a comercialização, em que é transferida grande quantidade de pescados para os intermediários com baixo retorno para os pescadores. Segundo a entrevista, “os intermediários vendem o peixe no mercado com um preço muito alto, e o consumidor não ganha nada com o baixo preço com os quais os pescadores vendem para os intermediários”.

Segundo o presidente da FEPESC, a solução seria a instalação de câmaras fria para guardar o pescado para negociar o preço de seu próprio produto. Se não houvesse acordo, os peixes ficariam estocados, até poderem ser melhor negociados. Assim, conforme a entrevista:

“Os consumidores comprariam o pescado abaixo do preço do mercado e os pescadores venderiam acima do preço pago aos intermediários, anulando assim a figura do atravessador, que é o que mais ganha na negociação, ficando o lucro para os pescadores. Alguns intermediários negociam até por telefone”.

Perguntado sobre as possibilidades para a prática de maricultura na Barra da Lagoa, na costa leste do município de Florianópolis, o entrevistado foi breve em afirmar que é muito difícil o cultivo em mar aberto, onde os ventos dificultam o monitoramento; mas falta é quem queira investir.

Por outro lado, o presidente assinalou que deve haver conscientização dos pescadores em relação ao cooperativismo, pois entre os próprios pescadores existe a concorrência por maiores quantidades pescadas e por melhor local para pescar. Conforme relatado:

“Os pescadores não querem trabalhar com uma cooperativa, juntando a produtividade entre todos os pescadores e embarcações, em uma única venda, pois não querem ceder a porcentagem da venda para uma cooperativa, devido ao paternalismo; trabalham sob o regime antigo, temendo que os órgãos competentes tenham mais lucratividade, aproveitando-se da categoria de pescadores artesanais. Falta uma cultura de cooperação entre os pescadores para trabalhar em cooperativa”.

Sobre políticas pesqueiras em nível estadual e federal, o presidente declarou que não há, de fato, uma política pesqueira avançada no Brasil. Mas indicou que Santa Catarina possui a melhor política pesqueira do Sul do País, com desenvolvimento em maricultura, piscicultura e na utilização do PRONAF.

“Quando era presidente da Confederação Nacional de Pescadores, em Brasília, observei que o Estado de Santa Catarina, é muito respeitado no setor pesqueiro; mas a política pesqueira ainda deixa muito a desejar”.

A exemplo da piscicultura e maricultura, o setor ressenete-se de um órgão que o represente em nível nacional. No âmbito estadual, as iniciativas de apoio à pesca também deixam a desejar.

Em relação à influência do turismo sobre a pesca artesanal, o presidente da FEPESC alegou que os pescadores podem se beneficiar em termos de comercialização, tendo em vista o aumento da procura por pescados de forma concentrada no verão.

“Aproveitando o potencial do turismo, com a construção de bancas de vendas com peixes limpos e frescos, é possível um contato direto que beneficia o pescador e o turista, com bons preços e uma maior lucratividade em comparação com as vendas para os atravessadores”.

Sobre as soluções para a pesca artesanal atualmente, uma iniciativa importante, segundo o presidente da FEPESC, seria a implantação de um sistema de entrepostos, ou seja, instalações de câmaras frias para a estocagem do pescado. Assim o pescador poderia negociar o seu próprio produto, com um sistema de cooperativismo que corresponderia a uma pesca semi-industrial, envolvendo embarcações maiores, motores mais potentes e equipamentos modernos que possibilitam uma maior abrangência no oceano.

Em função do comprometimento dos estoques pesqueiros, a assistência técnica ao setor artesanal tem dirigido esforços para o desenvolvimento de alternativas de produção através da maricultura, tanto no processo produtivo como na organização dos produtores. Também tem desenvolvido ações junto às colônias de pescadores buscando a solução dos problemas da categoria.

4.2. CARACTERIZAÇÃO DOS ENTREVISTADOS E DAS SUAS ATIVIDADES

No estudo de caso, através de um questionário aplicado a 21 pescadores da Barra da Lagoa e 16 dos Ingleses, pode-se verificar o perfil dos entrevistados, e suas opiniões a realidade sobre a pesca artesanal.

Todos os entrevistados de ambas as comunidades pertencem às localidades onde pescam, são descendentes de pescadores-lavradores e sempre foram pescadores. Somente os mais jovens são membros de família de pescador. Note-se que no início dos anos de 1940, os jovens deixavam a lavoura e se engajavam integralmente na atividade pesqueira, que se transformou na única opção como fonte de renda mais importante. Em geral, a partir dos 14 anos de idade, os homens saíam da lavoura e começavam a trabalhar na pesca; por isso os entrevistados afirmam que sempre foram pescadores, desde os 12 a 14 anos de idade.

Pelas informações dadas pelos entrevistados, de acordo com a tabela nº 09, constata-se que, atualmente a maioria dos pescadores nas localidades em estudo são de maior idade, devido à pesca artesanal não ser atrativa como fonte de renda para os mais jovens. O envelhecimento da população envolvida com a pesca artesanal, faz com que a pesca tende a ser excluída com a população que a exerce.

A maioria dos pescadores trabalha há mais de 20 anos na atividade, e os mais idosos, que vêm diminuindo a sua capacidade para o trabalho mais pesado, tendem a executar tarefas como consertos de redes e embarcações, na qual exigem também condições vocacionais.

Dos entrevistados, 98% possuem filhos, detalhados na tabela a seguir:

Tabela 09 – Perfil dos Pescadores

FAIXA ETÁRIA DOS PESCADORES	
Possuem entre 21 a 35 anos de idade	11%
Possuem entre 36 a 49 anos de idade	18%
Possuem entre 50 a 64 anos de idade	69%
Possuem 65 a mais.	2%
Nº DE FILHOS	
Do efetivo de pescadores entrevistados possuem de 1 a 3 filhos	31%
Do efetivo de pescadores entrevistados possuem de 4 a 8 filhos	67%
Do efetivo de pescadores entrevistados não possuem filhos.	2%
GRAU DE ESCOLARIDADE	
Primário completo	52%
Primário incompleto	37%
1º grau completo	5%
1º grau incompleto	6%
RELAÇÃO ENTRE A PESCA ARTESANAL E INDUSTRIAL	
Trabalharam na pesca industrial e hoje atuam somente na pesca artesanal.	89%
Nunca trabalharam na pesca industrial, somente na pesca artesanal.	11%
FONTE DE RENDA DOS PESCADORES	
Renda proveniente de outras atividades	78%
Renda proveniente somente da pesca	22%

Quanto ao grau de instrução, 89% dos entrevistados estudaram somente no primário. Segundo relato de moradores das comunidades em estudo, isto se refere ao fato de na década de 50, nessas localidades existia somente o primeiro grau na escola, além das grandes dificuldades financeiras que passavam. Quando jovens, tinham que ajudar seus pais no sustento familiar, trabalhando na lavoura e na pesca; por isso, observa-se que 37% dos entrevistados não completaram o primário. Os 11% que tiveram acesso ao primeiro grau, se refere aos pescadores mais jovens.

Dos entrevistados, 89% já trabalharam na pesca industrial, em empresas pesqueiras como: Pioneira, Oceano Atlântico, Virdes, Alfredo Vaz, Oceano da Costa, Gomes da Costa, Leardini, Maré Alta Ind. Com. de Pescados e Ferreira Mercado de Pescados Ltda. Pescavam em Santos/SP, Rio Grande(R.S), Itajaí e Navegantes(S.C).

Cinco homens relataram que possuem filhos trabalhando na pesca artesanal, e 11 pescadores revelaram que possuem filhos trabalhando na pesca industrial em Santos, Rio Grande e Itajaí. “Estão viajando por esses mares”, afirmaram.

Todos possuem individualmente equipamentos de pesca, como tarrafas, rede de camarão, rede de peixes e a maioria trabalha como tripulantes, sendo que quatro dos entrevistados são patrões locais.

Conforme a pesquisa, 78% que possuem renda proveniente de outras atividades, se referem a aluguéis de imóveis ou aposentadoria. Um dos entrevistados, afirmou que cuida da residência de uma família gaúcha na praia.

4.2.1. REMUNERAÇÃO

A remuneração varia através da quantidade de pescado capturado por mês. Em alguns meses de boas pescarias, recebem, cada pescador, em torno de R\$ 300,00 à R\$ 400,00. Na safra de tainha, quando pescam grandes quantidades, chegam a receber em torno de R\$ 1.000,00.

Mas se a pescaria for escassa, recebem entre R\$ 50,00 à R\$ 150,00 por mês, sendo que, em alguns casos, recebem somente em quantidades de peixes para a alimentação diária de seus familiares. Neste caso, as esposas e filhos maiores ajudam na remuneração familiar, trabalhando em outras atividades.

A partilha ocorre da seguinte forma. O patrão vende a quantidade total de pescado capturado para o atravessador, e o montante recebido é dividido em duas partes. Uma parte é para o patrão (dono de rede), e a outra parte é subdividida entre os tripulantes, chamados também de camaradas; desta divisão, 50% das despesas são descontados do total para pagamento da tripulação e 50% é descontado do patrão. O pagamento é efetuado somente no final do mês, sendo que alguns pescadores, quando necessitam, recebem vales dos patrões no decorrer do mês, que são descontados no pagamento total.

Em outro caso, em que o patrão não é o proprietário da rede, ou seja, este é responsável pela rede do proprietário da parelha, a quantidade capturada e vendida é dividida, sendo a metade para o proprietário da rede, e a outra parte é subdividida: uma a metade para os tripulantes e a outra para o patrão. Neste caso, observa-se que quando são capturados poucos peixes, os tripulantes recebem somente para a alimentação diária da família.

4.2.2. TIPOS DE EMBARCAÇÕES ARTESANAIS

Segundo Warhlich, (1999), o Censo IBAMA/FEPESC e o cadastro de embarcações da CPSC (Capitania dos Portos de Santa Catarina) são as únicas fontes de informação sobre o tamanho da frota artesanal. Muitos proprietários não registram sua embarcação no IBAMA, evitando os controles mantidos pelo órgão. Decorre daí que estão registradas apenas 80 embarcações, na localização dos fundeadouros de Ingleses e Barra da Lagoa.

A frota artesanal é formada por embarcações diferenciadas quanto às características de construção:

“canoas (casco construído com tábuas parcialmente sobrepostas e geralmente desprovidos de motor), baleeiras (casco construído com tábuas parcialmente sobrepostas, apresentando popa e proa afiladas, costado e fundo curvados), bateiras (casco construído com tábuas justapostas, apresentando popa e proa afiladas, costado e fundo retos), e botes (casco construído com tábuas justapostas, apresentando popa cortada, costado e fundo retos). E pequenos barcos a remo, para realizar o transporte entre a praia e os fundeadouros, para pescar próximo à praia e, em certos casos, para auxiliar na operação de pesca” (Wahrlich, 1999, p.44).

Atualmente a maioria das embarcações da frota artesanal, nas localidades em estudo, é acionada pelo motor propulsor, para auxiliar na operação de pesca. De acordo com as normas da Capitania dos Portos, essas embarcações têm sua navegação restrita a águas interiores mais avançadas do litoral. Essas restrições se devem à precária segurança que estas embarcações oferecem em mar aberto, pois são vulneráveis a tempestades.

4.3.SITUAÇÃO ATUAL DA ATIVIDADE PESQUEIRA E DAS LOCALIDADES, NA VISÃO DOS PESCADORES ENTREVISTADOS.

A pesca artesanal, atualmente, está em declínio. Constata-se isso pela expressão de desânimo e pelo relato dos pescadores, que foram unânimes em afirmar que não estão satisfeitos com a pesca, porque recebem baixos salários. Os atravessadores pagam baixos preços pelos peixes capturados e, por isso, o que recebem por mês não cobre as necessidades da família. Afirmaram que várias pessoas abandonaram a pesca, para trabalhar como:

vigilantes, pedreiro e auxiliar de pedreiro, motoristas e cobrador de ônibus, caseiros e auxiliar de serviços gerais em empresas terceirizadas. Um entrevistado afirmou que: “Esses passaram a pescar somente em dias de folga, por lazer e para o complemento alimentar de sua família”. Mas apesar de tudo, 88% dos entrevistados pretendem continuar pescando, pelo fato da pesca ser a única coisa que sabem fazer, por gostarem de exercer a atividade e pela idade não possibilitar sucesso na busca de um outro emprego.

“Fazer o quê? Não tenho mais idade pra isso! Quem é que vai dar emprego para um homem da minha idade! Mesmo assim, gosto é de pescar”! ...; Esse tipo de manifestação, captada nas entrevistas com pescadores idosos, foi recorrente.

Pelas grandes dificuldades financeiras por que passa o pescador artesanal, e pelas incertezas que enfrenta atualmente, os entrevistados não indicariam a pesca artesanal para as gerações mais jovens da comunidade. Aham que estas devem priorizar os estudos, para que possam conseguir um emprego que garanta seu futuro, a sua sobrevivência.

Os membros da comunidade que não são pescadores, alguns filhos de pescadores, trabalham no setor terciário de Florianópolis, vários em ocupações ligadas ao setor de serviços públicos. Muitos trabalham no comércio, alguns como motoristas e cobradores de ônibus, outros como vigilantes, bancários, polícia militar, e alguns são autônomos, possuindo comércio na própria localidade onde moram.

4.3.1. PROBLEMAS DA ATIVIDADE PESQUEIRA – A INSTABILIDADE DO SETOR.

Os entrevistados afirmaram que a diminuição dos estoques pesqueiros, com a queda na quantidade pescada, é um dos maiores problemas atualmente da pesca artesanal. O pescador antes habituado a grandes arrastos, em quantidade e qualidade de peixe, bem como à variedade de espécies, atualmente, dada à escassez do pescado a ser capturado dentro das especificações de seu tipo de pesca, se vê obrigado a aumentar suas horas no mar para obter o mínimo necessário à sua subsistência. Afirmaram que isso é decorrência da pesca predatória. Ou seja, a pesca industrial seria um dos fatores condicionantes para o declínio da pesca artesanal. Segundo os entrevistados, os barcos industriais matam grande quantidades de várias espécies e

vários tamanhos (chamado arrasto de parelha), que consiste no emprego de uma grande rede, arrastadas por embarcações de grande porte. Na pesca de parelha a rejeição também é significativa: descartam grandes quantidades, por não apresentarem tamanho mínimo para a comercialização, prejudicando a cadeia alimentar e a criação dos peixes que serviriam para a pesca artesanal.

“Em um arrastão, a rede captura 100 kg de bons peixes, enquanto 2 toneladas de peixes pequenos são deixados ao mar, prejudicando a criação” afirmou um pescador.

Informações obtidas no IBAMA, comprovaram de que grande parte dos recursos pesqueiros está próximo do litoral e é dependente, quase totalmente, das áreas costeiras para completar seu ciclo de vida. E esses recursos são obstruído, na visão dos pescadores, pelos arrasteiros (que operam próximos à costa), que não respeitam o período de defeso e o tamanho mínimo determinado pelas pesquisas referentes às espécies de maior valor econômico. De um experiente pescador ouviu-se o seguinte: “Os peixes maiores capturados, fazem uma parede na malha esticada, onde os peixes pequenos não passam; é onde matam grandes quantidades”.

Segundo o relato de alguns pescadores, o problema também é referente à desorganização e falta de união da categoria de pescadores artesanais. Disseram que a pesca predatória ocorre também na pesca artesanal, pois muitos desses pescadores não respeitam os períodos de safras e de defeso, capturando também peixes pequenos pescados fora de épocas. “Desde a safra de tainha, eles já vêm matando a anchova, pescando perto da ilha; não deixam o peixe encostar e manter⁶, daí os peixes não vem mais”, relatou um pescador.

Segundo o presidente da colônia de pescadores (Z11), o maior problema da pesca artesanal, atualmente, se refere ao ingresso contínuo de pescadores e embarcações, e ao crescente aumento da pesca indiscriminada e clandestina, atuando dentro de áreas críticas, sobre estoques esgotados. Isso não ocorreu por falta de legislação sobre o problema. De acordo com o IBAMA, estão em vigor várias portarias que regulamentam a atividade pesqueira, das quais cabe destacar:

6. Mantear - Termo do linguajar popular usado pelos pescadores, que se refere à cardume de peixes.

- Portaria nº 127, de 18/11/94 - Evitar a captura de anchova durante a época de reprodução. Períodos de defeso para os recursos pesqueiros: Época de interdição:
 - 1º de novembro a 31 de março/ para embarcações de até 10 m de comprimento.
 Evitar a captura dos indivíduos antes da idade de primeira maturação.
 Recurso pesqueiro/Limitação - Anchova/comprimento mínimo de 40 cm.
- Portaria nº 143, de 22/12/94 - Restringir o esforço da pesca sobre recursos associados a fundos rochosos.
 Áreas fechadas para pesca - Faixa de 50 metros a partir de costões e ilhas do litoral de Santa Catarina.
 Abrangência - Pesca com rede emalhar fixa e de tresmalho (feiticeira).
- Portaria nº 26-N, de 13/04/95 - Evitar conflitos entre pescadores durante a safra da tainha.
 Áreas fechadas para pesca - Em Santa Catarina, na faixa de 800 metros a partir de praias e de 50 metros a partir de costões. Somente nos locais onde há licenciamento do IBAMA para a pesca com arrastão de praia.
 Abrangência - Pesca com redes de cerco, emalhar, cerco flutuante, físgas, garatéias, farol manual e tarrafas. Entre 1º de maio e 15 de julho, anualmente.
- Portaria nº 26-N, de 07/1983 - Reduzir a captura de juvenis de peixes de valor comercial.
 Petrechos de pescas proibidos - Redes de arrasto para peixes, com malha inferior a 90 mm.
- Portaria nº 112-N, de 19/10/92 - Reduzir a captura de peixes juvenis .
 Petrechos de pescas proibidos - Arrastão de praia, com malha inferior a 70 mm.
- Portaria nº 95, de 22//08/97 - Evitar o aumento do esforço de pesca sobre os peixes demersais. Medida adotada desde 1989.
 Restrições ao acesso à pesca - A entrada de novas embarcações na pescaria de peixes demersais com arrasto é condicionada à saída de outra embarcação da pescaria.

Conclui-se, portanto, que o problema da escassez reflete o fato de que os pescadores artesanais e industriais não respeitam essas portarias de regulamentação.

Os pescadores informaram que a captura de grandes quantidades de indivíduos imaturos está comprometendo os rendimentos da pescaria e tem como causa básica o uso de redes com malhas de tamanho inferior ao permitindo pela legislação. De outro parte, o esforço de captura efetuado pela frota de pesca industrial está sendo maior do que o tempo necessário para a recuperação dos estoques de importantes espécies.

4.3.2. VISÃO DOS PESCADORES SOBRE OS REFLEXOS DA ATIVIDADE TURÍSTICA PARA AS COMUNIDADES.

Na opinião dos pescadores, o turismo reflete positivamente na comunidade, pois é uma outra fonte de renda para moradores que possuem casas para alugar. Além disso, muitos se beneficiam com a oferta de empregos temporários em bares, hotéis e restaurantes na alta temporada.

Além de alguns se beneficiarem com o turismo, através do emprego sazonal na temporada, aproveitando o verão para obter uma fonte de renda extra, alguns pescadores se beneficiam como condutor de embarcações e lanchas para visitação turística. Alguns disponibilizam suas embarcações, até para levar os turistas para pescar em alto-mar e nas ilhas, e outros conseguem empregos temporários nessas atividades. Pretendem continuar aproveitando, porque são melhor remunerados, em comparação com a pesca.

Mas, conforme os pescadores foram sendo questionados, alguns começaram a demonstrar a percepção de que o turismo, aliado à urbanização, modificou a estrutura sócio-econômica, alterando valores e costumes dos moradores das comunidades. O turismo trouxe algum desenvolvimento para as localidades, mas desarticulou o estilo de vida tradicional dos moradores. O pescador percebe, na verdade, que perdeu suas origens, seu espaço e ocupação, pelo papel modificador da valorização imobiliária na região norte e leste da Ilha de Santa Catarina.

Relataram que várias pessoas da comunidade venderam seus terrenos para gente de fora da comunidade, devido à especulação imobiliária no litoral, influenciada pelo turismo. Diversos perderam suas terras, mas continuam morando no bairro.

Alguns pescadores afirmam que, para a pesca artesanal, o turismo não tem influência. “Para a pesca artesanal, o turismo não influencia em nada, pois o turista vem na praia comprar 1kg ou dois quilos de peixe”, afirmou o presidente da colônia de pescadores (Z11), querendo salientar que o pescador não consegue maiores benefícios com os turistas.

Na tabela a seguir, foi detalhado a relação de interesse nas atividades ligadas ao turismo. Os que não têm interesse, justificaram a opção com o argumento de que gostam de pescar e devido à pescaria, não possuem tempo disponível. Os que têm interesse, justificaram assinalando que consideram ser uma melhor alternativa com fonte de renda. Todavia também não possuem tempo. Os que trabalhavam com o turismo eram, principalmente, os que se envolviam em atividades como a condução de embarcações e lanchas para visitação turística.

Tabela 10: Relação de interesses, na opinião dos pescadores de Ingleses e Barra da Lagoa, nas atividades ligadas ao turismo (ano 2002):

Não tem interesse nas atividades ligadas ao turismo, e nunca tentaram trabalhar;	72%
Tem interesse, mas nunca tentaram;	17%
Trabalharam com o turismo.	11%

Alguns pescadores afirmaram que se beneficiam do turismo, através do aluguel de suas próprias casas. Para isso são obrigados a se deslocar para edículas próximo à sua casa alugada, um sacrifício que compensa, na sua visão, tendo em vista o complemento da sua renda familiar. Uns afirmaram que alugam kitnets, e outros relataram que enquanto suas casas continuam alugadas, moram em ranchos (pequenas casas de madeira, usadas para guarda de apetrechos de pesca) sem nenhum conforto e infra-estrutura, na praia, ou ficam em barracas no camping local.

4.3.3.RELAÇÃO DOS PESCADORES COM O ATRAVESSADOR E A PRECARIIDADE DA AÇÃO PÚBLICA.

A pesquisa mostrou que antes que os pescadores possam evoluir, adotando formas próprias de comercialização, os intermediários se organizam mediante investimentos em caminhões, e pela implantação e articulação com postos de vendas em centros urbanos. O produto capturado se destina ao consumo doméstico, ao comércio direto no centro urbano, ao patrão e ao intermediário.

O sistema de comercialização do pescado, nas comunidades pesquisadas, é bastante influenciado pela ação dos atravessadores ou intermediários, que compram o peixe e logo após vendem para os varejistas.

Para os entrevistados, o atravessador, beneficia os pescadores, no momento em que fornecem insumos básicos (óleo diesel, materiais de pesca) para a pescaria, além de repassar dinheiro ao patrão, para o fornecimento de vales aos pescadores (descontados ao final do mês).

Nos Ingleses, o principal atravessador não pertence à localidade onde atua. Entretanto existem também outros compradores de pescados, que são moradores da localidade. Na Barra da Lagoa, dois atravessadores comercializam o pescado, sendo que um deles é da localidade e o outro é da Lagoa da Conceição. Vale frisar que a relação de amizade existente não proporciona nenhuma vantagem para os pescadores na comercialização.

As maiores reclamações dos pescadores, se referem aos baixos preços que os intermediários pagam pelo pescado. De fato, constata-se uma grande diferença entre o preço do produtor e o preço do consumidor final.

Usando a tainha como exemplo, o intermediário paga a R\$ 2,50 por kg, para o pescador, vende para os comerciantes varejistas a R\$ 3,50 e este repassa ao consumidor a R\$ 5,00 o kg.

Alguns pescadores não sabem quanto o peixe é pago pelo atravessador. Sabem somente o peso ou a quantidade em caixa de pescado capturado.

O intermediário acrescenta em torno de 80% no preço de origem do produto, até chegar ao consumidor final, recebendo um acréscimo em torno de 150%.

Os pescadores são os que menos lucram com a comercialização. Afirmaram, nas entrevistas, que não possuem opções para se livrar do atravessador, devido à forte dependência em relação ao fornecimento de insumos básicos, que pagam mensalmente, e por causa da falta de infra estrutura para estocar os pescados.

Alguns afirmam que a única solução seria a criação de uma cooperativa, para o pescador se livrar do atravessador e valorizar o preço do peixe. Na Barra da Lagoa, já se tentou criar uma cooperativa. Mas não deu certo pela falta de interesse dos pescadores, e pela influência dos atravessadores, que manipularam a maioria da categoria contra a cooperativa, instigando a desunião; a maioria dos pescadores sequer comparece às reuniões programadas.

O presidente da colônia de pescadores (Z11), que é um dos atravessadores da Barra da Lagoa, alega: “Não adianta uma cooperativa, pois os pescadores não irão receber melhores assistências, nem mesmo pagarão mais pelo peixe do que o atravessador”.

Os pesquisados parecem acreditar que na medida em que a pesca se tornou atividade dominante para a formação da sua renda, a ação dos atravessadores se tornou, se não adequada, pelo menos inevitável frente às necessidades de escoamento dos produtos.

No que se refere à atuação dos poderes públicos, cabe indicar que o órgão que monitora e investiga a pesca nos Ingleses e na Barra da Lagoa é o IBAMA. Na Barra da Lagoa, segundo a opinião dos entrevistados, é a Polícia Florestal que faz a vigilância constantemente.

Os pescadores conhecem os órgãos, mas constata-se a insatisfação entre os entrevistados sobre o modo como atuam. Segundo eles, os fiscais apreendem as pequenas redes e tarrafas, e se possível, multam o pescador artesanal, mas pouco fiscalizam as grandes parselhas. Nos Ingleses, por exemplo, os fiscais do IBAMA passam meses sem fiscalizar. Somente fiscalizam se recebem alguma denúncia. Geralmente monitoram a Ilha do Arvoredo, que é uma reserva biológica. Para melhorar suas atuações, deveria haver maior fiscalização sobre as grandes embarcações, pois falta fiscalização em certos locais, assim como garantia de cumprimento das portarias de regulamentação existentes.

4.3.4.AS POSSIBILIDADES DA PESCA ARTESANAL NA OPINIÃO DOS PESCADORES

Devido à escassez do pescado e ao baixo nível de renda proveniente da pesca, os entrevistados não possuem nenhuma perspectiva quanto ao futuro da pesca artesanal, e estão desestimulados quanto à atividade pesqueira. “A pesca artesanal vai se acabar, isso não tem futuro, pescador artesanal é uma profissão que não vai existir mais”, assinalaram os desanimados pescadores.

Afirmaram que alguns pescadores venderam seus equipamentos de pesca, abandonando a atividade, pois vivem marginalizados, sem nenhum incentivo, tendo dificuldades na comercialização do seu pescado, dependendo economicamente dos atravessadores.

Na visão dos entrevistados, a solução deve ser uma maior atuação por parte dos órgão públicos responsáveis pela pesca. Segundo relatou o atual presidente da colônia de pescadores (Z11), os fiscais não têm autonomia para retirar, em Brasília, a licença dos barcos de grande porte, para que não pesquem próximos às praias e costas. A insatisfação demonstrada quanto aos órgãos públicos foi geral: “estamos o tempo todo alertando as autoridades para as dificuldades da pesca artesanal, mas não adianta nada”, reclamou bastante desanimado o presidente. Em relação ao PRONAF (Programa de benefício financeiro ao pescador artesanal), o presidente declarou: “Tentei adquirir o benefício para todos os pescadores da Barra da Lagoa que era de R\$ 4.000,00 para cada. Consegui somente para 30 pescadores. Para o

restante, alegaram uma série de burocracias: por exemplo, falta de documentos. Acabei desistindo de ajuda-los. Prometem e não cumprem, não entendem sobre pesca”.

Os entrevistados argumentaram que deve haver, sim, mais fiscalização dos barcos industriais, com multas mais altas, para não pescarem próximos à costa e praias. seria também importante uma maior fiscalização para as grandes parelhas da pesca artesanal, para todos respeitarem os períodos de defeso, as áreas proibidas para pescaria, os apetrechos proibidos e o tamanho das espécies capturadas.

4.4. PESCA DA TAINHA NAS COMUNIDADES EM ESTUDO

Não podíamos descrever sobre pesca artesanal, sem relatar sobre a tradicional pesca da tainha, uma das espécies de maior importância econômica das comunidades em estudo.

As tainhas costumam aparecer todos os anos nos meses de maio e junho, enquanto se deslocam do Rio Grande (R.S) em direção ao Rio de Janeiro. Sempre que a temperatura cai esses cardumes costumam se abrigar em baías e enseadas, quando são capturados. Isso acontece principalmente nas praias de Ingleses e Barra da Lagoa.

Sem frio no litoral do sul, os peixes permanecem mais tempo na costa do Rio Grande (R.S), demorando a subir para o norte, onde procuram águas mais amenas para a reprodução. As águas geladas e a alteração da sanilidade fazem os cardumes de tainha procurarem as correntes mais quentes no norte para procriação.

Atualmente as maiores reclamações dos pescadores artesanais, se referem ao tempo desfavorável e à indústria da pesca, que utiliza grandes embarcações para realizar a pesca no litoral gaúcho, onde há maior presença dos cardumes. Com equipamentos modernos, como radares e sonares que identificam a localização dos peixes numa extensão de até seis quilômetros de diâmetro, os barcos industriais são os maiores concorrentes dos pequenos pescadores. Sem ter como competir com barcos industriais, os pescadores artesanais esperam

cardumes perto das praias. Os profissionais ficam entre o dia 15 de maio até o final da primeira quinzena de julho, período de safra, esperando os cardumes nas praias.

As principais pescarias são feitas com redes de caceio (flutuantes que acompanham as correntes), realizados em alto mar, com 7 tripulantes em uma parelha. Mas também existem as redes de cerco de praia, para o tradicional, arrastão de praia.

Atualmente, a pesca da tainha está desanimadora para os pescadores artesanais de Santa Catarina. A explicação para a demora da chegada dos cardumes ao Estado está relacionada ao aquecimento global, com mudança no clima. Junto ao tempo desfavorável, os pescadores criticam a indústria da pesca, que utiliza grandes embarcações para realizar a pesca no litoral gaúcho. Com equipamentos modernos, como radares e sonares que identificam a localização dos peixes numa extensão de até seis quilômetros de diâmetro, os barcos industriais são os maiores concorrentes dos pequenos pescadores.

4.5. CONCLUSÃO

Neste capítulo buscou-se entender a situação atual em que vive o pescador artesanal, os problemas e soluções. Porém, sabe-se que algumas perguntas não obtiveram respostas suficientes para desvendar mais problemas e soluções. Alguns entrevistados tiveram dificuldades para responderem algumas perguntas, outros foram bem atenciosos e outros desinteressados, o que realmente dificultou o desenvolvimento do questionário, o transcorrer da pesquisa e respostas suficientes que permitiam maiores conclusões.

Portanto em razão da pesquisa de campo, concluímos que a pesca artesanal, praticada por pescadores autônomos, está marginalizada, por falta de uma política pesqueira atuante. Como visto anteriormente, a reprodução da pesca artesanal enfrenta uma série de dificuldades. As condições atuais mostram-nos claramente que é preciso uma melhor administração da pesca, dos recursos pesqueiros, avaliar suas falhas, buscando alternativas. Além disto, a pesca artesanal foi atingida diretamente pelo esgotamento dos estoques pesqueiros causado pelo aumento da frota industrial. Em razão desta situação desfavorável, muitos pescadores autônomos tornaram-se tripulantes das grandes embarcações pesqueiras ou simplesmente abandonaram a atividade.

Particularmente em Santa Catarina, a pesca artesanal vem enfrentando várias ameaças à sua reprodução. A diminuição dos estoques pesqueiros, as políticas públicas que favorecem a invasão turística e a urbanização, as insatisfações com a pesca industrial e a exploração comercial, podem levar ao desaparecimento da atividade pesqueira artesanal.

CAPÍTULO V- CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos últimos anos tem-se observado que, com o processo de urbanização, intensificou-se nas localidades litorâneas a atividade turística e com ela surgiu uma forma de renda aos que residem nessas comunidades. Muitos encontraram no turismo uma certa melhoria econômica, pois, além de gerar lucros, através de atividades em estabelecimentos como hotéis, restaurantes, bares, camping e outros, esse setor também estimula uma economia informal com aluguéis de casas pelos próprios proprietários, o surgimento do emprego informal de vendedores ambulantes nas praias e a organização de passeios de barcos pelos pescadores. Ampliou-se não apenas para comerciantes ou empresários, mas também, para aqueles que tinham outra forma de subsistência.

Percebendo esta expansão, os pescadores - lavradores que tinham como fonte de renda a agricultura, na qual oscilavam entre esta e a pesca, para seu meio de subsistência, encontraram uma forma de ampliar sua renda; e com o aumento ainda mais intensificado, passaram a vender suas terras, já que a especulação imobiliária era intensa, tomando como atividade a pesca artesanal e deixando a agricultura, em influência da perda dessas terras; encontrando no aluguel de casas e venda desses terrenos a fonte de renda necessária.

Este fato ocorreu principalmente nas localidades de Ingleses e Barra da Lagoa, onde os pescadores passaram então a desenvolver a pesca artesanal como atividade principal, tendo no turismo, com o aluguel de suas residências, a forma segura de renda, já que a pesca não o inseriu nas novas atividades pouco contribuindo economicamente, servindo mais como subsistência. No entanto os pescadores encontraram no turismo, sua ascensão e queda, pois trouxe-lhes benefícios, mas também conseqüências na falta de infra-estrutura e saneamento básico. Como é o caso da praia dos Ingleses, na qual nota-se de forma generalizada, uma ocupação desordenada e descompromissada com os planos estabelecidos pelo órgão de planejamento, comprometendo os recursos naturais e paisagísticos, tudo isso aliado à especulação imobiliária e à conseqüente valorização dos imóveis.

A Barra da Lagoa pode ainda ser considerada como uma localidade onde habitam muitos pescadores artesanais, os quais seriam exclusivamente pescadores. A Barra se caracterizou como um prolongamento da ocupação da Lagoa da Conceição, feita por emigrantes açorianos. A atividade da pesca artesanal ainda é bastante forte, em função da abundância de pescado, atrativo maior dos restaurantes e bares especializados nessa gastronomia. Hoje o local é praia de intenso movimento e parte importante do complexo turístico da Costa Leste, expressando a forte herança das suas raízes culturais nas feições do povo, no linguajar e nas atividades tradicionais, tais como pesca e produção de tarrafas.

Mas o que se observa é um conflito dos pescadores artesanais, pois enquanto o turismo os transferiu das terras, para a pesca artesanal, lá estes encontram a pesca industrial, que os tira de seu meio de produção impedindo seu desenvolvimento. A luta agora passa a ser para seu progresso enquanto pescador, pois não tendo estes mais a pesca como outra forma de atividade e sim como a forma principal, passam a debater-se suas regras.

Os pescadores industriais possuem maior poder aquisitivo e instrumentos de capturas mais aperfeiçoados e equipamentos potentes, para o desenvolvimento da pesca. A frota industrial faz a captura de peixes independentemente de estarem prontos ou não para o consumo, e trazem nas redes os peixes grandes e pequenos, comprometendo assim o desenvolvimento das safras. Os pescadores reclamam do declínio da pesca artesanal, dos danos provocados pela pesca industrial, que, juntamente com os peixes grandes, também captura os filhotes, comprometendo o crescimento das safras. As reclamações decorrem da disputa pelo espaço marítimo, que conseqüentemente resulta na escassez de recursos pesqueiros. A pesca artesanal foi atingida diretamente pelo esgotamento dos estoques pesqueiros causado também pelo aumento da frota industrial. Em razão desta situação desfavorável, há evasão dos pescadores autônomos mais jovens que, desiludidos, optam por outros campos de atividade, tornando-se tripulantes das grandes embarcações pesqueiras ou simplesmente abandonando a atividade. Mesmo assim, ainda hoje é possível encontrar típicos pescadores trabalhando em diversos pontos de Florianópolis. Apesar do declínio em termos percentuais, a captura de produtos do mar é a maior contribuição do município em termos de atividade extrativa, em nível de microrregião da Grande Florianópolis.

A comercialização do pescado se caracteriza pelo crescente aumento de preço, desde a sua origem ao consumidor. Uma exploração do pescador verificada pelo diferencial de preços entre o produtor e o consumidor, através dos intermediários que, financiam os pescadores e exigem exclusividade na venda do pescado. Entretanto os pescadores não têm outra alternativa para escoar o produto diretamente no mercado, também pela influência da falta de infraestrutura adequada e políticas públicas específicas para o setor.

Segundo a pesquisa, a maioria dos pescadores não pretendem trocar de atividades. mesmo auferindo rendas muito baixa, uma relação de trabalho sem vínculo empregatício, mas o pescador não arrisca deixar efetivamente a atividade que mais sabe fazer. Mesmo sendo um setor em decadência e com pouca importância econômica, o pescador, mesmo tendo consciência da situação, ainda está determinado a continuar pescando e valorizando a sua profissão.

A pesca artesanal precisa de um efetivo apoio governamental, uma política pesqueira mais abrangente, que permita a todos os envolvidos nessa prática uma expansão segura e de igual oportunidade, para que se possa obter equilíbrio entre as expectativas dessa população, a conservação e renovação do ambiente, e o desenvolvimento regional. É fundamental, para o desenvolvimento da pesca artesanal, a capacitação de recursos humanos, o melhor aproveitamento dos recursos pesqueiros e o financiamento da pequena produção. Esses seriam aspectos importantes de qualquer tentativa para solucionar os problemas vividos pelos que trabalham com a pesca e têm nela a sua principal atividade produtiva.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, H.A. **Estrutura do setor industrial pesqueiro no Estado em Santa Catarina.** Itajaí:Univali, v.2,p.1-16,1998.

BECK, Anamaria. A utilização dos recursos do mar através da história. In: **O mar e seus recursos.** Florianópolis: UFSC, 1980, p.97-108.

BECK, Anamaria. Comunidades pesqueiras e expansão capitalista. In: **O mar e seus recursos ictícos.** Florianópolis: UFSC, 1983, p.53-66.

CARDOSO, Ricardo de Deus. **Considerações sobre a pesca da sardinha verdadeira em Santa Catarina.**Florianópolis. Maio,1980.20p.

DIEGUES, Antônio Carlos Sant'Ana. **Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar.** São Paulo: Ática, 1983.287p.

EPAGRI. Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina S.A. Boletim técnico nº 97. **Cadeias produtivas do Estado de Santa Catarina: Aqüicultura e Pesca.** 1998.

IBAMA. **Ações prioritárias ao desenvolvimento da pesca e aqüicultura no sul do Brasil.** Ministério da agricultura,Univali. Itajaí, nov,2001.

_____. **Informe da pesca Extrativa Marinha em Santa Catarina de 1999.**Itajaí,2001.

_____. **Boletim estatístico da pesca industrial de Santa.Catarina.**Brasília,2001.

_____. **Situação da pesca artesanal no Estado de Santa Catarina. Relatório final do projeto de Conscientização e Divulgação das Medidas de Administração Pesqueira.** Itajaí, 1992.

JÚNIOR, Pedro Paulo de Andrade. **O crescimento turístico e a produção do espaço urbano na Ilha de Santa Catarina – O caso da praia dos Ingleses**. Florianópolis:UFSC, Departamento de Ciências Econômicas,1997. Monografia.

LAGO, Paulo Fernando de Araújo. **Contribuição geográfica ao estudo da pesca em S.C. RJ**.1961.215p.

LAGO, Paulo Fernando. **Condições sociais e econômicas do pescador artesanal e aspectos da evolução da atividade pesqueira em Santa Catarina.Comunidade pesqueiras de SC.RJ**. 1968.121p.

LEITE, Paulo César. **A pesca artesanal no município de Palhoça**. Florianópolis:UFSC, Departamento de Ciências Econômicas,1995. Monografia.

LINS, Hoyêdo Nunes. Herança Açoriana e Turismo na Ilha de Santa Catarina in: **Revista de Ciências Humanas**, Vol. 10,Nº 14, 1993.

MELLO, Alex Fiuza de. **A pesca sob o capital: A tecnologia a serviço da dominação**.Belém: UFPA,1985.296p.

NACIF, Adelaide Maria Pereira. **Pesca artesanal, aspectos ambientais, sócio-econômicos e culturais - o caso de Marudá/PA**. Universidade Federal do Pará-Belém.Núcleo de meio ambiente,1994.

OLIVEIRA, Jairo Melo de. **Influência da atividade turística na pesca artesanal em Garopaba**. Florianópolis:UFSC, Departamento de Ciências Econômicas,1998. Monografia.

OURIQUES, Helton Ricardo. **Turismo em Florianópolis: Uma crítica à indústria pós-moderna**. Florianópolis, Editora da UFSC.1996.

RIOS, Gilvando de S. L. A pesca como parte do setor de subsistência: sua abordagem sociológica. **Ciência e Cultura**, abril de 1976, p.397-406.

SANTOS, Sílvio Coelho dos. A zona rural da Ilha de Santa Catarina. In: **Ensaio sobre sociologia e desenvolvimento em Santa Catarina**. Florianópolis: EDEME,1971,p.35-58.

SANTOS, Manoel Ivaldi dos. Município de Palhoça (S.C): **Análise da pesca artesanal e da artesanal e da estrutura econômica social**. Florianópolis: UFSC, Departamento de Ciências Econômicas, 1998. Monografia.

SILVA, Célia Maria e. Ganchos (S.C.): **Ascensão e decadência da pequena produção mercantil pesqueira**. Florianópolis, 1992. Editora UFSC. 197p.

SILVEIRA, Sérgio Murilo da. **O cultivo de mexilhões como alternativa econômica para os pescadores artesanais: Estudo exploratório sobre o município de Governador Celso Ramos**. Florianópolis: UFSC, Departamento de Ciências Econômicas, 1999. Monografia.

WARLICH, Roberto. **A reserva biológica marinha do arvoredó (S.C.) e a atividade pesqueira regional**. Florianópolis: UFSC, Curso de mestrado em geografia, departamento de geociências do centro de filosofia e ciências humanas-1999.

ANEXOS

ANEXO 01: PESCADORES ENTREVISTADOSIngleses

Adilson Tomaz dos Santos	Manoel Antônio da Silva Neto
Dinalto Leonel dos Santos	Manoel dos Santos
Francisco Acelino Coelho	Manoel Ismael dos Santos
Geni Manoel Cabral	Nildo José da Silva
Germano Manoel Gonçalves	Nilton Idail Machado
Idevaldo José de Souza	Osvaldo Domingos do Nascimento
José Generoso da Silva	Osvaldo Luís Claudio
Manoel André da Silva	Pedro Orlandino da Silva

Barra da Lagoa

Ari Temóteo Santana	Hermínio João Agostinho
Altamiro Juvêncio Filho	Ironi Manoel da Silva
Álvaro José Martins Filho	Ivo Manoel do Espírito Santo
Aldanézio João Firmino	Manoel José Basílio Filho
Armando Gonçalves	Manoel Flor
Bento Miguel Gonzaga	Pedro Deodato Martins
Dauri Mario dos Santos	Zilto Eugênio Pereira
Domingos Gonçalves	Milton Erondino Nunes
Erli Álvaro Martins	Naudir Néri Florindo
Ezio de Oliveira	Olívio Amaro Coelho
José Francisco Gonzaga	

ANEXO 02: QUESTIONÁRIO

QUESTIONÁRIO

I – IDENTIFICAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DO ENTREVISTADO

- a) Comunidade a que pertence, e desde quando faz parte dela:
- b) Comunidade em que nasceu:
- c) Idade: Nº de filhos: Grau de escolaridade:
- d) É descendente de pescador, ou membro de família de pescadores:
- e) Sempre foi pescador: Se não, desde quando exerce essa profissão:
- f) É pescador local (artesanal) ou embarcado (assalariado por empresas de pesca; que empresa; onde desde quando): Caso trabalhe das duas maneiras, qual a mais importante na sua renda:
- g) Possui equipamentos de pesca: Quais: Possui individualmente ou em parceria:
- h) Trabalha como camarada, para armador patrão local: Como é a remuneração:
- i) Possui outra fonte de renda, além da pesca: Qual: Qual é a principal fonte de renda e qual a proporção aproximada da pesca na renda: Você pode informar quanto à pesca lhe rende por mês, aproximadamente:
- j) A renda proveniente da pesca cobre as necessidades da família:
- k) Tem filhos que trabalham na pesca; quantos: No local: Embarcados (onde)

II – SITUAÇÃO DA ATIVIDADE PESQUEIRA

- a) Você está satisfeito com a pesca: Por que:
- b) Pretende mudar de atividade, abandonando a pesca: Por que:
- c) Quais os problemas da atividade pesqueira, na sua opinião: Por que:

- d) Conhece pessoas da comunidade que abandonaram a pesca: Quantos: O que essas pessoas passaram a fazer, como profissão:
- e) O que acha do turismo (trabalho em hotéis, restaurantes, bares, camping, como caseiro, jardineiro, como condutor de embarcações para visitação turística) como fonte de emprego e renda para os membros da comunidade: Por que:
- f) Você tem interesse nessas atividades ligadas ao turismo: Por que:
- g) Você já tentou trabalhar com o turismo: De que modo: Qual o resultado: Pretende continuar: Por que:
- h) O atravessador (pombeiro) é importante nessa comunidade de pescadores: Por que: Como o atravessador (pombeiro) atua: Quanto ele paga pelo peixe para o pescador, na praia: Por quanto ele vende para os comerciantes (no mercado público, por exemplo): Por quanto o peixe é vendido para o consumidor: Você sabe a diferença entre o preço pago pelo consumidor e o preço recebido na praia pelo pescador: Qual é a diferença (usar uma espécie de peixe, como a tainha, como exemplo):
- i) O atravessador pertence à comunidade: Se não, de onde é: É amigo dos pescadores, ou tem relações fortes com eles: Em que consistem, e que resultados proporcionam, essas relações:
- j) Você considera importante o pescador se livrar do atravessador: Por que: Como isso seria possível:
- k) A comunidade já tentou criar uma cooperativa de pescadores: Por que: Deu certo: Porque: Se não deu certo, quais os motivos: Você é favorável à criação de uma cooperativa: Por que:
- l) Você recomendaria a pesca como trabalho para as gerações mais jovens da comunidade: Por que:
- m) Quais as profissões dos membros da comunidade que não são pescadores: Trabalham neste local ou em outros locais: Onde:
- n) Na sua opinião, a pesca artesanal tem futuro: Por que:
- o) Que soluções para os problemas da pesca você acha que deveriam ser tentadas: Por que:
- p) Você conhece os órgãos públicos que trabalham com a pesca: Quais são: Eles têm presença na comunidade: De que modo: Você está satisfeito com o modo como atuam: Por que: O que deveriam fazer para melhorar a sua atuação e atender melhor as necessidades dos pescadores:

ANEXO 03: FOTOS
PRAIA DE INGLESES



Foto 01: Galpão com redes e embarcações utilizados por pescadores.



Foto 02: Rede de emalhar



Foto 03: A utilização da praia como área de trabalho.

BARRA DA LAGOA



Foto 04: Atracadouros distribuídos ao longo do canal.



Foto 05: Embarcações de frota artesanal em contraste com casas de estilo urbano.



Foto 06: Embarcação que utiliza o canal que dá acesso ao mar.